



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 6ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**02/04/2013
TERÇA-FEIRA
às 09 horas e 30 minutos**

Presidente: Senador Ricardo Ferraço

Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 02/04/2013.**

6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA
Terça-feira, às 09 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 111/2012 - Não Terminativo -	SEN. EDUARDO SUPPLY	7
2	MSF 7/2013 - Não Terminativo -	SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA	34

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(55)(56)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES	SUPLENTEs		
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Jorge Viana(PT)(51)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(52)(59)(51)	AP (61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(12)(14)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Anibal Diniz(PT)(17)(52)(13)(16)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(25)(26)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES (61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(31)(48)(32)(35)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS (61) 3303-6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(36)(48)(21)(40)(29)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Alvaro Dias(PSDB)(46)(47)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(46)(10)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Jayme Campos(DEM)(38)(18)(53)	MT (61) 3303-4061/1048
VAGO		4 VAGO	
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)			
Sodré Santoro(PTB)(57)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(42)(57)(54)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(57)(39)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(57)(9)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(43)(57)(44)(33)(34)	ES (61) 3303-4161/5867	3 VAGO(45)(57)(27)(28)	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- (19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

- (21) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 2 de abril de 2013
(terça-feira)
às 09h30**

PAUTA

6ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

Deliberativa	
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 111, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República da Armênia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

- 1) *Em 07/03/2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE;*
- 2) *A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.*

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Avulso da matéria](#)

[Relatório](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 7, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VALTER PECLY MOREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Hungria.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

- 1) *Em 07/03/2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;*
- 2) *A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.*

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

1

**SENADO FEDERAL**

Gab. Senador Eduardo Suplicy

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 111, de 2012 (Mensagem nº 534, de 4 de dezembro de 2012, na origem), da Senhora Presidenta da República, que submete à apreciação do Senado Federal, o nome de EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Armênia.

RELATOR: Senador EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República deseja fazer do Senhor EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Armênia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos início à análise curricular do indicado, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo seu Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Consta no documento que o Ministro Edson Marinho Duarte Monteiro graduou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro no mesmo ano de ingresso no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, em 1973. Três anos depois, ingressou no mestrado em Administração Pública pela Universidade do Sul da Califórnia. Em 1996, defendeu junto ao Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco tese intitulada: *As Relações Econômicas entre os Países do Centro e Leste Europeu e a União Europeia: os Acordos de Associação*.

Dentre as funções exercidas no MRE, em Brasília, destacam-se a assistência no Departamento Econômico (1974); na Divisão de Transportes e Comunicação (1975); na Divisão de Ásia e Oceania (1978); na Divisão de Operações de Promoção Comercial (1987); a adidância e a chefia da Divisão de Feiras e Turismo (1988); a chefia da Divisão de Fronteiras (1990); da Divisão da América Central e Setentrional (1991); a assessoria do Departamento de Promoção Comercial (1996); a chefia de Divisão de Ásia e Oceania-I (2004); a Coordenadoria-

Geral de Cooperação com Países em Desenvolvimento da Agência Brasileira de Cooperação (2006).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Manila (1976), Camberra (1983), Bruxelas (1992), Pequim (1998) e Díli (2008).

Em reconhecimento pela excelência de seus serviços, foram-lhe laureados as comendas Ordem do Mérito do Trabalho, Brasil, grau de Oficial (1987) e Ordem da Coroa, Bélgica, grau de Comendador (1996).

O país para o qual a Ministro é indicado situa-se entre o Azerbaijão e a Turquia, possui uma área equivalente à do Estado de Alagoas e uma população equivalente à do Estado do Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma república semi-presidencialista com uma assembleia nacional unicameral; um país apenas duas posições atrás do Brasil no ranking mundial de 2011 do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A expectativa de vida é de 72 anos, o índice de alfabetização, quase 100% e a comunidade brasileira estimada no local é de apenas 20 pessoas.

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1992, tendo a missão permanente brasileira sido aberta em 2006, ao que se seguiu uma série de mútuas visitas de alto nível.

Desde 2010, vem sendo desenvolvido programa de cooperação técnica, na área de defesa civil, entre o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e o Ministério de Situações de Emergência da Armênia. O Brasil tem oferecido cursos de capacitação e treinamento. Os Ministérios da Saúde e da Agricultura da Armênia acenam interesse em estabelecer linhas de cooperação semelhantes.

Em 2011, o Brasil fez doação no valor de US\$ 50 mil, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, em conferência de doadores para o assentamento de refugiados da região separatista de Nagorno-Karabakh (Azerbaijão), organizada pela Armênia. Posteriormente, realizou uma doação no valor de US\$ 100 mil para a construção de laboratório para controle de substâncias químicas, em função de situação de emergência ambiental enfrentada naquele país.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 111, DE 2012
(nº 534 /2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Armênia.

Os méritos do Senhor Edson Marinho Duarte Monteiro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma assinatura fluida e estilizada.

(*) Avulso republicado para inserir publicado (8/12/2012).

EM Nº 00317 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 26 de outubro de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Armênia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

00001.006347/2012-06

EM nº 00317/2012 MRE

Brasília, 26 de Outubro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Armênia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO**

CPF.: 226.394.037-53

ID.: 5301 MRE

1947 Filho de Manuel Duarte Monteiro e Laubélia Marinho Belga Monteiro, nasce em 15 de novembro, em São José de Ubá/RJ

Dados Acadêmicos:

1973 Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro

1973 CPCD - IRBr

1980 Mestrado em Administração Pública pela University of Southern California, Los Angeles/EUA

1981 CAD - IRBr

1996 CAE - IRBr, As relações Econômicas entre os Países do Centro e Leste Europeu e a União Européia: os Acordos de Associação

Cargos:

1974 Terceiro-Secretário

1978 Segundo-Secretário

1982 Primeiro-Secretário

1989 Conselheiro

1997 Ministro de Segunda Classe

2007 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1974 Departamento Econômico, assistente

1975 Divisão de Transportes e Comunicação, assistente

1976 Embaixada em Manila, Terceiro-Secretário

1978 Divisão de Ásia e Oceania, assistente

1980 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Adjunto

1983 Embaixada em Camberra, Primeiro-Secretário

1987 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente

1988 Divisão de Feiras e Turismo, Chefe, substituto e Chefe

1990 Divisão de Fronteiras, Chefe

1991 Divisão da América Central e Setentrional, Chefe

1992 Embaixada em Bruxelas, Conselheiro

1996 Departamento de Promoção Comercial, assessor

1998 Embaixada em Pequim, Ministro-Conselheiro

2004 Divisão da Ásia e Oceania - I, Chefe

2006 Agência Brasileira de Cooperação, Coordenador-Geral de Cooperação com Países em Desenvolvimento

2008 Embaixada em Díli, Embaixador

Condecorações:

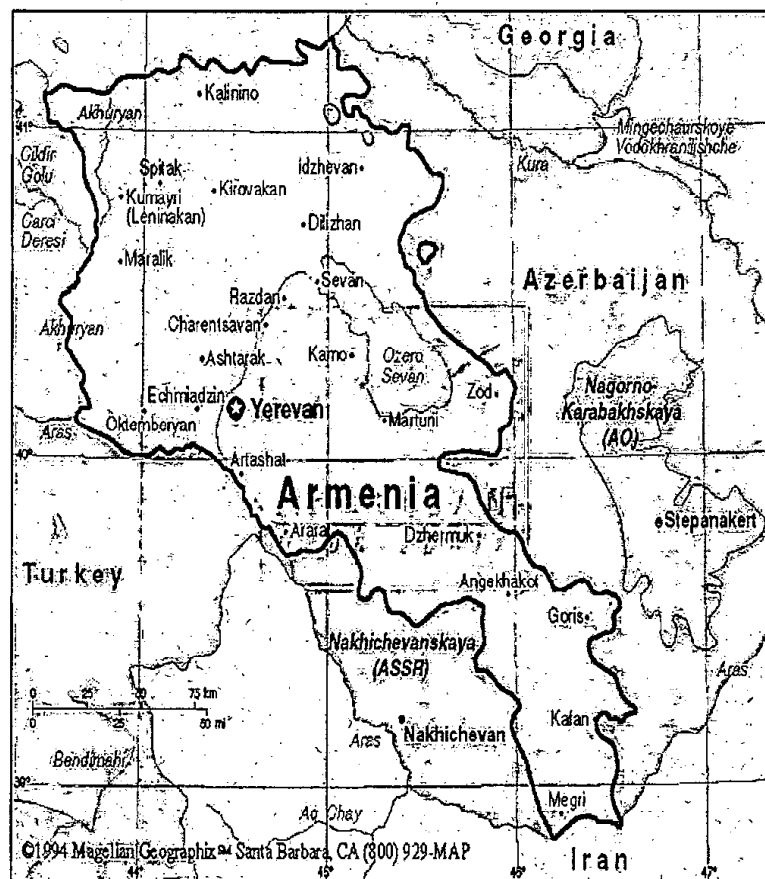
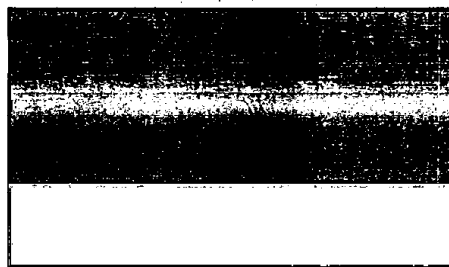
1987 Ordem do Mérito do Trabalho, Brasil, Oficial

1996 Ordre de la Couronne, Bélgica, Comendador


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA ARMÊNIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Outubro de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	8
ASSUNTOS CONSULARES	9
EMPRESTIMOS E CRÉDITOS OFICIAIS	9
POLÍTICA INTERNA	10
POLÍTICA EXTERNA	11
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	12
ANEXO I - CRONOLOGIA HISTÓRICA DA ARMÊNIA	13
ANEXO II - CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-ARMÊNIA	15
ANEXO III - ATOS BILATERAIS	16
ANEXO IV - DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	17

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República da Armênia
CAPITAL:	Ierevan
ÁREA:	29.800 km ² (equivalente à área do Estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (2011):	2.967.975 habitantes (equivalente à população do Mato Grosso do Sul)
IDIOMA OFICIAL:	Armênio
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Igreja Apostólica Armênia (94,7% da população), outras denominações cristãs (4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semi-presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional (unicameral, 131 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Serzh Sargsyan (desde abril de 2008)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Minsitro Tigran Sargsyan (desde abril de 2008)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Edward Nalbandian (desde abril de 2008)
PIB nominal (2011):	US\$ 10,106 bilhões (Brasil: 2,5 trilhões)
PIB PPP (2011):	US\$ 17,941 bilhões (Brasil: 2,3 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (2011):	US\$ 3.032,81 (Brasil: 12.789)
PIB PPP <i>per capita</i> (2011):	US\$ 5.384,9 (Brasil: 11.720)
VARIACÃO DO PIB (2011):	5,9%
IDH (2011):	0,716 (86ª posição entre 187 países; Brasil é o 84º)
EXPECTATIVA DE VIDA:	72 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	99,5%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	6,3%
UNIDADE MONETÁRIA:	Dram (US\$ 1,00 = AMD 412,75)
EMBAIXADORA BRASILEIRA EM IEREVAN:	Marcela Maria Nicodemos
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ashot Yeghiazarian
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	20

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) Fonte: MDIC

BRASIL → ARMÊNIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
										Jan-Ago
Intercâmbio	8,6	10,402	9,41	15,6	20,1	31,6	27,3	32,2	24,6	25,12
Exportações	8,3	10,4	9,4	15,4	19,5	31,4	27,2	32,0	23,7	25,1
Importações	0,3	0,002	0,01	0,2	0,6	0,2	0,1	0,2	0,9	0,02
Saldo	8,0	10,308	9,39	15,2	18,9	31,2	27,1	31,0	22,8	25,08

PERFIS BIOGRÁFICOS

Serzh Azati Sargsyan
Presidente da República

Serzh Azati Sargsyan nasceu em 30 de junho de 1954, na cidade de Stepanakert, capital da então Região Autônoma de Nagorno-Karabakh, na República Socialista Soviética do Azerbaijão. Além do armênio, é fluente em russo, inglês e azeri.

Serviu no Exército Soviético, entre 1971 e 1972. Entre 1975 e 1979, trabalhou como torneiro mecânico na Fábrica de Utensílios Elétricos, em Ierevã.

Em 1979, formou-se em Filologia pela Universidade Estatal de Ierevã. Nesse mesmo ano, Sargsyan tornou-se o Líder do Comitê da Juventude do Partido Comunista da Cidade de Stepanakert, posteriormente assumindo os cargos de Diretor da Divisão de Propaganda do Comitê da referida cidade, Instrutor de Unidade do Comitê Regional das Organizações Comunistas de Nagorno-Karabakh e, finalmente, assessor do Primeiro-Secretário do Comitê Regional de Nagorno-Karabakh.

No final da década de 1980, conforme aumentavam as tensões entre armênios e azeris a respeito da região separatista de Nagorno-Karabakh, Sargsyan tornou-se Diretor do Comitê das Forças de Autodefesa da autoproclamada "República de Nagorno-Karabakh".

Teve destacada atuação em diversas batalhas ocorridas durante a Guerra de Nagorno-Karabakh e é considerado um dos fundadores das Forças Armadas da região separatista de Nagorno-Karabakh e da própria Armênia.

Em 1993, tornou-se Ministro da Defesa da República da Armênia; em 1995, Diretor do Departamento de Segurança da Armênia; e, em 1996, Ministro de Segurança Nacional. Em 1999, tornou-se Chefe de Gabinete do Presidente Robert Kotcharyan. Depois, tornou-se Secretário do

Conselho de Segurança Nacional; em seguida, Ministro da Defesa; e, em 2007, Primeiro-Ministro.

No final de 2007, recebeu apoio do Presidente Kotcharyan para o lançamento de sua candidatura à Presidência, sendo eleito com 53% dos votos. Em 9 de abril de 2008, Serzh Sargsyan tomou posse como o terceiro Presidente da Armênia independente, para um mandato de 5 anos (2008-2013).

O Presidente concorrerá à reeleição 2013 e é o favorito no pleito.

Tigran Sargsyan
Primeiro-Ministro

Tigran Sargsyan (sem relação de parentesco com o Presidente Serzh Sargsyan) nasceu em 29 de janeiro de 1960, na cidade de Kirovakan (atual Vanadzor), na República Socialista Soviética da Armênia. Entre 1980 e 1983, cursou o Instituto Financeiro e Econômico Voznesenski, em Leningrado, prosseguindo em seus estudos até 1987, quando obteve PhD em Ciências Econômicas, com a tese “Planejamento do Desenvolvimento Sócio-Econômico Regional: o Exemplo Armênio”.

Entre 1987 e 1990, Sargsyan ocupou o cargo de Diretor do Departamento de Relações Econômicas Internacionais do Instituto de Pesquisas Científicas sobre Planejamento Econômico da Armênia. Entre 1990 e 1995, foi membro do Parlamento armênio, tendo ocupado a Presidência da Comissão Permanente sobre Temas Financeiros e Orçamentários. De 1995 a 1998, foi Diretor do Instituto de Pesquisas Científicas sobre Reformas Sociais e Presidente da Associação de Bancos da Armênia.

Em 1998, Tigran Sargsyan foi nomeado Presidente do Banco Central da Armênia, permanecendo no cargo até abril de 2008, quando foi nomeado Primeiro-Ministro pelo recém-empossado Presidente Sargsyan.

Edward Nalbandian
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Edward Nalbandian nasceu em 16 de julho de 1956, em Ierevan. Entre 1973 e 1978, cursou o Instituto de Relações Internacionais de Moscou. Diplomata de carreira, serviu na Embaixada da União Soviética no Líbano entre 1978 e 1983. De 1983 a 1986, trabalhou na sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, em Moscou. Entre 1986 e 1992, foi Conselheiro da Embaixada soviética no Egito.

Em 1994, foi nomeado Embaixador da Armênia no Egito, cumulativamente com Marrocos e Omã. Em 1999, tornou-se Embaixador da Armênia na França, sendo nomeado cumulativamente Embaixador junto ao Vaticano, a Israel e a Andorra.

Em abril de 2008, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Armênia. Realizou visita ao Brasil, em janeiro de 2011, para participar da cerimônia de posse da Presidenta Dilma Rousseff.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Armênia estabeleceram relações diplomáticas em 1992. A Embaixada do Brasil em Ierevan foi aberta em 2006. Em dezembro de 2010, o Presidente Serzh Sargsyan designou o Sr. Ashot Yeghazaryan como primeiro Embaixador residente da Armênia no Brasil. As relações, ainda incipientes, têm seu principal esteio na influente comunidade armênia de São Paulo (estimada em 25 mil pessoas, de um total de 40 mil em todo o país). Houve duas visitas de alto nível de autoridades armênias ao Brasil, até hoje não retribuídas: a do Presidente Robert Kocharyan (maio de 2002) e a do Chanceler Edward Nalbandian (janeiro de 2011), que chefiou a delegação armênia à posse da Presidenta Dilma Rousseff.

No dia 2 de janeiro de 2011, o Chanceler armênio reuniu-se, em Brasília, com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota. Na ocasião, foi salientada a necessidade de estreitar a coordenação política entre os dois países, inclusive por meio do estabelecimento de um mecanismo de consultas políticas. O Chanceler Nalbandian destacou a possibilidade de se aumentar o comércio bilateral em até dez vezes, sublinhando a necessidade de estabelecer base legal para dar suporte à cooperação. O Ministro Antonio Patriota, por sua vez, apontou que os dois países podem estabelecer parcerias em áreas como ciência e tecnologia e desenvolvimento industrial, buscando nichos de cooperação em áreas de ponta.

O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Ashot Hovakimian realizou visita a Brasília, de 16 a 18 de abril de 2012, para participar da I Conferência de Alto Nível da Parceria para Governo Aberto (*"Open Government Partnership" Conference*). Na ocasião, manteve encontros com o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nogueira, e com a Subsecretária-Geral Política I, do Itamaraty, Embaixadora Vera Machado.

Desde 2010, vem sendo desenvolvido programa de cooperação técnica, na área de defesa civil, entre o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e o Ministério de Situações de Emergência da Armênia. À parte brasileira tem oferecido cursos de capacitação e treinamento à parte armênia. O Ministério da Agricultura da Armênia tem manifestado interesse em receber cooperação brasileira em agropecuária, e o Ministério da Saúde armênio solicitou transferência de experiências brasileiras na prestação de serviços públicos de saúde.

Em maio de 2011, o Brasil fez doação de US\$ 50 mil, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, em conferência de doadores para o assentamento de refugiados da região separatista de Nagorno-Karabakh (Azerbaijão), organizada pela Armênia.

Posteriormente, o Brasil fez doação de US\$ 100 mil para a construção de laboratório para controle de substâncias químicas, em função de situação de emergência ambiental enfrentada pela Armênia.

ASSUNTOS CONSULARES

O setor consular da Embaixada do Brasil em Ierevan presta o apoio necessário à comunidade brasileira na Armênia.

Não há detentos brasileiros naquele país.

Há cerca de 20 brasileiros na jurisdição da Embaixada, a maioria deles jogadores de futebol. Não existem, na Armênia, entidades locais de assistência a futebolistas estrangeiros.

Além de prestar a assistência consular de praxe em casos concretos, o Governo brasileiro tem buscado auxiliar os esportistas que pretendem trabalhar na Armênia. O Itamaraty redigiu cartilha informativa denominada "Orientações para Trabalho no Exterior" como forma de prevenir a ocorrência de problemas trabalhistas com brasileiros no exterior.

EMPRÉSTIMOS E CRÉDITOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de empréstimos ou créditos à República da Armênia.

POLÍTICA INTERNA

A Constituição armênia, adotada em 1995, estabelece um regime semi-presidencialista, em que o Presidente da República detém amplos poderes, tais como nomear e demitir o Primeiro-Ministro e demais Ministros, dissolver o Parlamento e convocar eleições extraordinárias, assinar acordos internacionais e nomear juízes.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Nacional, unicameral, composta por 131 parlamentares, 75 dos quais eleitos por voto distrital e 56 por voto proporcional, para mandatos de cinco anos.

O Presidente Serzh Sargsyan é, também, Presidente de seu partido, o Partido Republicano. Nas eleições de 6 de maio de 2012, o Partido Republicano manteve a maioria no Parlamento, com 69 representantes eleitos (52,67% da legislatura).

O Partido Armênia Próspera (PAP) – que até as eleições compunha, juntamente com o Partido Republicano e o partido Estado de Direito, o Governo de coalizão – elegeu 37 candidatos. Duas semanas após as eleições parlamentares, o líder do PAP, Gagik Tsarukian, anunciou que seu partido deixaria a coalizão governista. Analistas especulam sobre o papel do Partido Armênia Próspera nos próximos meses, quando deverá ser definido se o referido partido apoiará o Presidente Sargsyan nas eleições de 2013 ou se lançará candidato próprio.

O Governo tem ainda o apoio do partido Estado de Direito, que ocupa atualmente 6 vagas no Parlamento e que se comprometeu a apoiar a candidatura do Presidente Sargsyan às eleições presidenciais de 2013.

A principal legenda de oposição é o Congresso Nacional Armênio (CNA), liderado pelo ex-Presidente da República (1991-1998) Levon Ter-Petrosyan. O CNA ocupa atualmente 7 assentos no Parlamento armênio.

O partido Herança, igualmente de oposição, e o partido Federação Revolucionária Armênia, filiado à Internacional Socialista, ocupam, cada um, cinco assentos na atual legislatura. As duas demais vagas do Parlamento são atualmente ocupadas por candidatos independentes.

A nova legislatura da Assembleia Nacional realizou sua primeira sessão em 31 de maio de 2012. O Primeiro-Ministro Tigran Sargsyan foi reconduzido ao cargo.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a independência, em 1991, a Armênia mantém relações muito próximas com a Rússia, que considera ser seu maior aliado, e, em menor medida, com o Irã.

O país mantém relacionamento tenso com o Azerbaijão (em decorrência da guerra que opôs, no início dos anos 1990, tropas de etnia armênia e tropas azeris na região separatista de Nagorno-Karabakh) e a Turquia (devido, sobretudo, ao pleito armênio para que seja reconhecido como genocídio o extermínio perpetrado pelos turco-otomanos contra populações armênias, em 1915).

A questão de Nagorno-Karabakh – região separatista do Azerbaijão, de maioria populacional armênia – permanece central na política exterior do país.

O relacionamento tenso com Azerbaijão e Turquia, dois de seus vizinhos, levou a Armênia a aproximar-se cada vez mais da Rússia, país que mediou o cessar-fogo em Nagorno-Karabakh em 1994 e que preside, em conjunto com a França e os Estados Unidos, o Grupo de Minsk, que foi criado pela OSCE em 1992 com o objetivo de encaminhar uma solução pacífica para o conflito.

Outro eixo importante da política exterior armênia são as relações com a Europa. O país é membro da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), do Conselho da Europa e da Parceria Oriental da União Europeia.

Em 2011, tiveram início negociações entre a Armênia e a União Europeia para a celebração de acordo de livre comércio e de acordo para a facilitação da concessão de vistos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

De acordo com o Serviço Nacional de Estatísticas da Armênia (SNEA), o PIB do país teve crescimento de 7,8% no primeiro semestre de 2012 em comparação com o mesmo período de 2011. O resultado revela-se animador, visto que as projeções do Fundo Monetário Internacional apontavam que o crescimento da economia armênia deveria ser de apenas 4,3% em 2012, e indica que o país está superando os efeitos da crise de 2009 (ano em que o PIB sofreu queda de 14,4%).

Esse crescimento deve-se principalmente aos índices de produção industrial, cujo desempenho foi 13% superior àquele registrado no primeiro semestre de 2011. A taxa de desemprego situa-se, hoje, em 6,3%. A inflação, em 2011, foi de 7,7%.

O comércio internacional no primeiro semestre expandiu-se 8,3% em relação a 2011 e alcançou um total de 2,7 bilhões de dólares. As exportações cresceram 13,5% e totalizaram US\$ 684,4 milhões, o que revela desaceleração em relação ao aumento registrado no mesmo período de 2011, que foi de 31,1%. As importações também registraram queda em relação ao primeiro semestre de 2011, reduzindo o ritmo de crescimento de 11% para 6,7% e totalizando US\$ 2,017 bilhões. Persiste, no entanto, déficit comercial, que foi de US\$ 1,332 bilhão nos seis primeiros meses do ano.

De acordo com o Serviço Nacional de Estatísticas da Armênia (SNEA), o investimento direto estrangeiro no país decresceu cerca de 40% no primeiro semestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, atingindo o valor de US\$ 266 milhões. Uma das principais medidas projetadas pelo Governo para estimular a economia tem sido o estímulo aos investimentos; elaborou-se, no corrente ano de 2012, um programa de investimentos orçado em mais de US\$ 42 milhões.

ANEXO I – CRONOLOGIA HISTÓRICA DA ARMÊNIA

1918 - Com a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, e com a desestabilização da Rússia após a Revolução Bolchevique, surgem os Estados independentes da Armênia, Azerbaijão e Geórgia.
1920 - A Armênia é invadida pela Turquia pelo oeste e pelo Exército Vermelho pelo leste.
1922 - Constitui-se a República Federativa Socialista Soviética da Transcaucásia, composta por Armênia, Azerbaijão e Geórgia.
1936 - Armênia, Azerbaijão e Geórgia tornam-se Repúblicas separadas no âmbito da União Soviética.
1936-1938 - Auge dos expurgos promovidos por Josef Stálin na região.
1988 - Ressurgimento do movimento nacionalista armênio resultante da questão de Nagorno-Karabakh; início dos conflitos com o Azerbaijão. Em dezembro, ocorre o devastador terremoto de Spitak, no norte da Armênia, que destrói aquela cidade e grande parte de Leninakan (atual Gyumri).
1990 - Levon Ter Petrosyan, líder do Movimento Pan-Nacional Armênio, é escolhido Presidente do Soviete Supremo da Armênia. Em 23 de agosto, o Conselho Supremo da República Socialista Soviética da Armênia adota Declaração de Independência.
1991 - Por meio de plebiscito, eleitores armênios aprovam a independência do país, declarada em 21 de setembro. No mês seguinte, Levon Ter Petrosyan é eleito Presidente da República.
1992 - A Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) cria o Grupo de Minsk, co-presidido por EUA, Rússia e França, para encaminhar uma solução pacífica para o conflito em Nagorno-Karabakh. A Armênia é admitida nas Nações Unidas.
1994 - Assinatura de acordo de cessar-fogo entre Armênia e Azerbaijão.
1998 - O Presidente Levon Ter Petrosyan renuncia ao cargo. O Primeiro-Ministro Robert Kotcharyan assume a Presidência.
1999 - O Primeiro-Ministro Vazgen Sarkisyan, o Presidente do Parlamento Karen Dermichyan e mais cinco pessoas são assassinadas durante sessão na Assembleia Nacional.
2003 - Robert Kotcharyan vence as eleições para a Presidência da República.
2008 - O Primeiro-Ministro do Governo Kotcharyan, Serzh Sargsyan, é eleito Presidente da República. Protestos em Ierevan são liderados pelo candidato derrotado, Levon Ter Petrosyan.
2009 - Assinatura dos Protocolos entre Armênia e Turquia para estabelecimento e normalização das relações bilaterais.
2010 - Malogro do processo de reaproximação com a Turquia.
2012 - Nas eleições parlamentares realizadas em 6 de maio, o governista Partido Republicano manteve a maioria no Parlamento, com 69 representantes eleitos.

ANEXO II - CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-ARMÊNIA

1991 - Raffi Hovhannissian, primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros da recém-independente República da Armênia, realiza visita de trabalho ao Brasil, em dezembro.
1992 - Estabelecimento de relações diplomáticas. O Presidente Levon Ter-Petrosyan participa da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e realiza visita oficial a Brasília.
1998 - Abertura do Consulado-Geral da Armênia em São Paulo; visita do Vice-Chanceler Armen Baibourdian a Brasília.
2001 - Visita do Chanceler Vartan Oskanian a São Paulo e Brasília.
2002 - Decreto Presidencial cria a Embaixada do Brasil em Ierevan.
2002 - Visita do Presidente Robert Kotcharyan a Brasília.
2002 - Ratificação e entrada em vigor do Acordo para o Estabelecimento de Regime de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço, assinado no ano anterior.
2006 - Apresentação de credenciais, ao Presidente Kotcharyan, pela Embaixadora Renate Stille, primeira Embaixadora residente do Brasil em Ierevan.
2007 - Congresso Nacional aprova o Acordo de Cooperação Cultural entre Brasil e Armênia.
2009 - Apresentação de credenciais pela Embaixadora Marcela Maria Nicodemos ao Presidente Serzh Sargsyan.
2010 - O Senhor Ashot Yeghazaryan é designado o primeiro Embaixador residente da Armênia no Brasil.
2011 - Delegação armênia chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Edward Nalbandian comparece à cerimônia de posse da Presidenta Dilma Rousseff e mantém encontro com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota.

Anexo III - Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Ratificação
Acordo para o Estabelecimento de Regime de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço	07/05/2002	29/4/2003 (entrada em vigor)
Acordo de Cooperação Cultural	07/05/2002	09/10/2007 (notificação pelo Brasil)

ANEXO IV – DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Com PIB nominal estimado em US\$ 10,1 bilhões e crescimento de aproximadamente 5,9% em 2011, a Armênia posicionou-se como a 127ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 40% do PIB em 2011, seguido do setor industrial (41%) e o agrícola (19%).

ARMÊNIA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	1,2	1,1	0,7	1,0	1,3
Importações (cif)	3,3	4,4	3,3	3,7	4,1
Saldo comercial	-2,1	-3,4	-2,6	-2,7	-2,8
Intercâmbio comercial	4,4	5,5	4,0	4,8	5,5

Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, September 2012

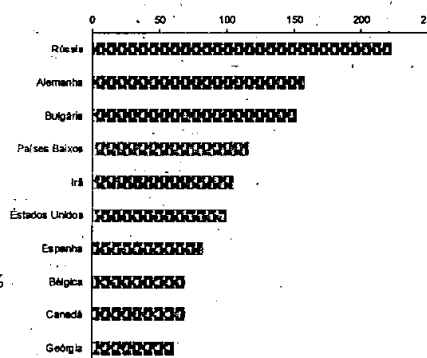
O comércio exterior armênio apresentou, em 2011, variação de 24% em relação a 2007, passando de US\$ 4,4 bilhões para US\$ 5,5 bilhões. No ranking do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2011, a Armênia figurou como o 141º exportador mundial e o 142º importador.

As vendas armênias são direcionadas em grande parte a países desenvolvidos, que responderam por 53% das vendas em 2011. Desse montante, 46% foram exportados para os países da União Europeia. Individualmente, a Rússia é o principal destino das vendas da Armênia. Em 2011, responderam por 17% do total, seguido da Alemanha (12%); Bulgária (11%); e Países Baixos (9%). O Brasil obteve o 91º lugar entre os principais destinos em 2011, sem participação significativa nas vendas do país.

ARMÊNIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Rússia	161	15,5%	222	16,7%
Alemanha	133	12,8%	158	11,8%
Bulgária	157	15,0%	152	11,4%
Países Baixos	99	9,5%	117	8,8%
Irã	85	8,1%	106	8,0%
Estados Unidos	83	8,0%	101	7,6%
Espanha	15	1,4%	83	6,2%
Bélgica	30	2,9%	71	5,3%
Canadá	72	6,9%	70	5,3%
Geórgia	49	4,7%	62	4,6%
Brasil	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	883	84,8%	1.142	85,6%
Outros países	158	15,2%	192	14,4%
Total	1.041	100,0%	1.334	100,0%



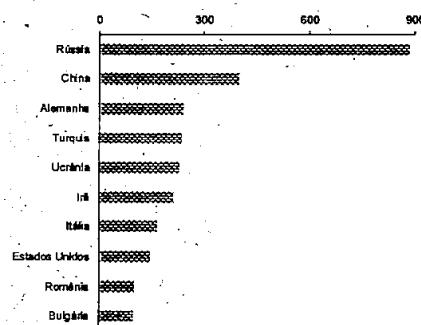
Elaborado pelo MRE/PRODIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, September 2012

As importações armênicas são originárias em grande parte das economias de países em desenvolvimento, que representaram 66% do total. A União Europeia representou 29% do total das compras do país. Como nas exportações, individualmente a Rússia foi a principal fornecedora à Armênia em 2011, com participação de 21% no total, seguido da China (10%); Alemanha (6%); Turquia (6%); Ucrânia (6%); e Irã (5%). O Brasil obteve o 11º lugar entre os principais vendedores para a Armênia, com participação de 2% em 2011.

ARMÊNIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Rússia	835	22,3%	886	21,4%
China	404	10,8%	405	9,8%
Alemanha	211	5,6%	246	5,9%
Turquia	210	5,6%	241	5,8%
Ucrânia	230	6,1%	233	5,6%
Irã	200	5,3%	217	5,2%
Itália	122	3,3%	170	4,1%
Estados Unidos	111	3,0%	148	3,6%
Romênia	86	2,3%	105	2,5%
Bulgária	112	3,0%	102	2,5%
Brasil	51,78	1,4%	83,35	2,0%
Subtotal	2.573	68,6%	2.836	68,5%
Outros países	1.176	31,4%	1.306	31,5%
Total	3.749	100,0%	4.142	100,0%



Elaborado pelo MRE/PRODIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, September 2012

A Armênia foi o 136º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 60%, passando de US\$ 20 milhões para US\$ 32 milhões. Nesse período, as exportações cresceram 64%, e as importações tiveram um decréscimo da ordem de 74%.

BRASIL-ARMÊNIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações brasileiras	19,5	31,4	27,3	23,7	32,1	21,4	25,1
Variação em relação ao ano anterior	26,6%	60,9%	-13,2%	-13,0%	35,2%	33,7%	17,1%
Importações brasileiras	0,7	0,3	0,1	0,9	0,2	0,17	0,02
Variação em relação ao ano anterior	260,0%	-60,8%	-62,8%	825,8%	-81,0%	-79,0%	-90,2%
Intercâmbio Comercial	20,2	31,7	27,4	24,6	32,2	21,6	25,1
Variação em relação ao ano anterior	29,4%	56,9%	-13,6%	-10,0%	31,0%	28,3%	16,2%
Saldo Comercial	18,9	31,2	27,2	22,8	31,9	21,3	25,1

Elaborado pelo MNE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MD/C/SECEX/Anceneb.

As exportações brasileiras para a Armênia são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 89% das vendas em 2011, com destaque para carnes suínas e de frango. Os produtos manufaturados destacaram-se com 11% do total, com destaque para preparações de carne. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a quase totalidade (99% do total em 2011), com destaque para peças e partes de máquinas mecânicas.

BRASIL-ARMÊNIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob (2011)

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	28,6	89,1%	0,001	0,6%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	0,000	0,0%
Manufaturados	3,5	10,9%	0,170	99,4%
Transações especiais	0,0	0,0%	0,000	0,0%
Total	32,1	100,0%	0,171	

Elaborado pelo MNE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MD/C.

A pauta de exportações brasileiras para a Armênia é altamente concentrada, prevalecendo os produtos básicos. Em 2011, carnes (outras carnes de suínos congeladas e carnes, pedaços e miudezas comestíveis de galos/galinhas, congeladas) representaram 82% das vendas brasileiras. Destacaram-se, também, preparações de carne (8%); e fumo (6%).

BRASIL-ARMÊNIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		
			Valor	% no total	
Carnes	18	20	26	81,5%	
Preparações de carne	5	3	3	8,2%	
Fumo	4	0	2	6,0%	
Outs prods origem animal	0	0	0	1,6%	
Subtotal	27	23	31	97,5%	
Outros produtos	0	1	1	2,5%	
Total	27	24	32	100,0%	

Elaborado pelo MNEC/PRD/C - Direção de Inteligência Comercial, com base em dados do COMCEC/ECA/Unesh.

A pauta de importações brasileiras originárias da Armênia é composta em quase sua totalidade por produtos manufaturados. As máquinas mecânicas participaram com 95% do total (partes de torneiras, outros dispositivos para canalizações; partes de máquinas; aparelhos para preparação ou fabricação industrial de alimentos ou de bebidas). Destacaram-se, ainda, obras de ferro ou aço (2%) e vestuário exceto de malha (1,1%).

BRASIL-ARMÊNIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	63	247	163	95,0%	
Obras de ferro ou aço	3	4	3	2,0%	
Vestuário exceto de malha	0	0	2	1,1%	
Subtotal	66	251	168	98,1%	
Outros produtos	31	648	3	1,9%	
Total	97	899	171	100,0%	

Aviso nº 1.029 - C. Civil.

Em 4 de dezembro de 2012.

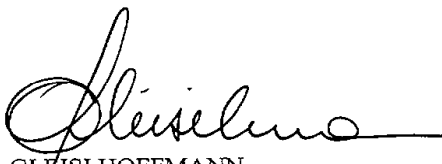
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Armênia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 8/12/2012.

2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 25, de 2013 (Mensagem nº 7, de 01/02/2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VALTER PECLY MOREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Hungria.*

RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 25, de 2013, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Valter Pecly Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo do Embaixador do Brasil junto à Hungria.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filho de Walter Moreira da Silva e Jaine Pecly Moreira, o Sr. Valter Pecly Moreira nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 27 de julho 1948.

Formou-se em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara em 1971, tendo ingressado no Instituto Rio Branco em 1970. Foi nomeado Terceiro-Secretário, em 1972, e, subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário, em 1976, a Primeiro-Secretário, em 1980, Conselheiro, em 1986, Ministro de Segunda Classe, em 1993 e a Ministro de Primeira Classe em 1998, sempre por merecimento.

Dentre os cargos que assumiu no âmbito da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Chefe substituto da Divisão de Sistematização de Informação, em 1983, Chefe da Divisão de Visitas do Cerimonial, em 1993 e Chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, em 2010. Em 1995, ocupou o cargo de Chefe do Cerimonial da Presidência da República.

No exterior, atuou na Delegação Permanente em Genebra, em 1987; na Missão Permanente junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) em Washington, em 2000; na Embaixada em Assunção, como Embaixador, em 2004 e no Consulado-Geral em Londres, como Cônsul-Geral, em 2008, entre outras.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Entre as missões que desempenhou no exterior, cabe ressaltar a presidência do Conselho Permanente da OEA, em 2000; a chefia da delegação brasileira à XXIV, XXV e XXVII Reunião de Consulta do Grupo de Revisão e Implementação das Cúpulas das Américas em Washington, de 2001 a 2003; a chefia da delegação brasileira à II Conferência Ministerial da Comunidade de Democracias, Seul, em 2002; a chefia da Missão de Observação Eleitoral da OEA para o Referendo Presidencial na Venezuela, em 2004.

Em 1993, defendeu a tese “Da Cláusula Social no Comércio Internacional”, aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco - CAE.

Recebeu várias condecorações, entre elas, a Ordem da Rainha Vitória, Grã-Bretanha, comendador, em 1997; a Ordem de Isabel a Católica, Espanha, Grande Oficial, em 1998; a Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz, em 2000; a Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz, em 2001 e a Ordem do Mérito Nacional, Paraguai, Grã-Cruz, em 2008, entre muitas outras.

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, as relações diplomáticas entre Brasil e Hungria foram interrompidas em 1942, quando os dois países se encontravam em campos opostos na II Guerra Mundial.

As relações seriam restabelecidas somente em 21 de março de 1961, ao amparo da Política Externa

Independente estabelecida pelo então Presidente Jânio Quadros.

As relações bilaterais oferecem perspectivas positivas na área econômica, com a abertura de escritórios de companhias brasileiras em Budapeste, bem como de cooperação em ciência, tecnologia e inovação.

Ademais, a Hungria apoia o pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O relacionamento econômico apresenta sinais promissores, tendo o intercâmbio comercial crescido mais de 90% entre 2007 e 2011.

Em 2011, este intercâmbio alcançou US\$ 417,3 milhões, registrando um crescimento de 6,2% em relação ao ano anterior.

A pauta exportadora brasileira mostra a prevalência de bens industrializados sendo que peles e couros representam 32% das vendas, seguidos de máquinas e aparelhos mecânicos, pastas de madeira e café solúvel.

Na pauta de importações originárias da Hungria predominam os bens manufaturados, entre máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos, veículos automóveis, produtos químicos e farmacêuticos.

Desde o fim do regime socialista na Hungria, o saldo



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

da balança tem sido desfavorável ao Brasil. A recente abertura pela Brazil Foods (Sadia /Perdigão) e pela Fibria (celulose e papel) de escritório em Budapeste indica o potencial húngaro de atração de investimentos e de formação de parcerias comerciais.

Por outro lado, a subsidiária suíça EcoSolifer anunciou início da construção, em Florianópolis, da primeira fábrica de painéis solares fotovoltaicos de película fina.

Graças ao custo de produção mais barato, de mão de obra qualificada e da localização geográfica e da infraestrutura de transporte, a Hungria tornou-se importante centro de produção da indústria automobilística.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 7, DE 2013 (nº 25/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor VALTER PECLY MOREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Hungria.

Os méritos do Senhor Valter Pecly Moreira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de fevereiro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente da República, com uma traço longo e decorativo no final.

EM nº 00019/2013 MRE

Brasília, 29 de Janeiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **VALTER PECLY MOREIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Hungria.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **VALTER PECLY MOREIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE VALTER PECLY MOREIRA

CPF.: 090.410.791-49

ID.: 4664 MRE

1948 Filho de Walter Moreira da Silva e Jaine Pecly Moreira, nasce em 27 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1970 CPCD - IRBr
1971 Direito pela Universidade do Estado da Guanabara
1993 CAE - IRBr, Da Cláusula Social no Comércio Internacional

Cargos:

1972 Terceiro-Secretário
1976 Segundo-Secretário
1980 Primeiro-Secretário, por merecimento
1986 Conselheiro, por merecimento
1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
1998 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1972 Cerimonial, assistente
1973 Serviço de Privilégios e Imunidades, Cerimonial, Chefe interino
1974 Embaixada em Buenos Aires, Terceiro e Segundo-Secretário
1977 Embaixada em Bonn, Segundo e Primeiro-Secretário
1981 Divisão da Europa I, assistente
1983 Departamento da Europa, assessor
1983 Divisão de Sistematização da Informação, Chefe substituto
1985 Presidência da República, Cerimonial, Adjunto da chefia
1987 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
1991 Embaixada em Assunção, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
1993 Divisão de Visitas do Cerimonial, Chefe
1995 Presidência da República, Chefe do Cerimonial
2000 Missão Permanente junto à OEA, Washington, Embaixador
2000 Conselho Permanente da OEA, Presidente
2000 -2002 XXVII e XXIX Assembléia Geral Extraordinária da OEA, Washington, Chefe de Delegação
2001 Comissão de Seguimento da XXIV Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores (TIAR), Presidente
2001-2003 XXIV, XXV e XXVII a XXXI Reunião do Grupo de Revisão e Implementação das Cúpulas das Américas (GRIC), Washington, Chefe de Delegação
2002 Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos da OEA, Presidente
2002 Comitê Consultivo da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Relacionados (CIFTA), Secretário Pro Tempore
2002 II Conferência Ministerial da Comunidade de Democracias, Seul, Chefe de Delegação
2004 Missão de Observação Eleitoral da OEA para o Referendo Presidencial na Venezuela, Chefe
2004 Embaixada em Assunção, Embaixador
2008 Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Geral

2010 Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, Chefe

Condecorações:

1973 Ordem de San Carlos, Colômbia, Oficial
1974 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1974 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1995 Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial
1995 Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Grande Oficial
1995 Ordem do Mérito, Itália, Grande Oficial
1995 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Comendador
1995 Ordem do Mérito, Alemanha, Grande Oficial
1995 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
1996 Ordem da Palmeira, Suriname, Grande Oficial
1996 Ordem da Águia Azteca, México, Placa
1996 Ordem do Sol Nascente, Japão, Comendador
1996 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
1996 Medalha da Inconfidência, Minas Gerais, Brasil, Grande Medalha
1996 Ordem do Libertador Simón Bolívar, Venezuela, Grande Oficial
1996 Ordem do Mérito, França, Comendador
1996 Ordem do Mérito por Serviços Distinguidos, Peru, Grande Oficial
1996 Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Primeira Classe
1997 Ordem do Cedro, Líbano, Comendador
1997 Ordem do Leão, Finlândia, Grande Oficial
1997 Medalha da República, Uruguai, Grande Oficial
1997 Legião de Honra, França, Oficial
1997 Ordem da Rainha Vitória, Grã-Bretanha, Comendador
1997 Ordem Militar de Cristo, Portugal, Comendador
1998 Ordem de Isabel a Católica, Espanha, Grande Oficial
1999 Ordem Mérito Brasília, Brasil, Grã-Cruz
1999 Ordem de Dannebrog, Dinamarca, Grã-Cruz
1999 Ordem El Sol del Peru, Peru, Grã-Cruz
2000 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz
2001 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2002 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2008 Ordem do Mérito Nacional, Paraguai, Grã-Cruz


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

EM Nº 00019 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 29 de janeiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **VALTER PECLY MOREIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Hungria.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **VALTER PECLY MOREIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

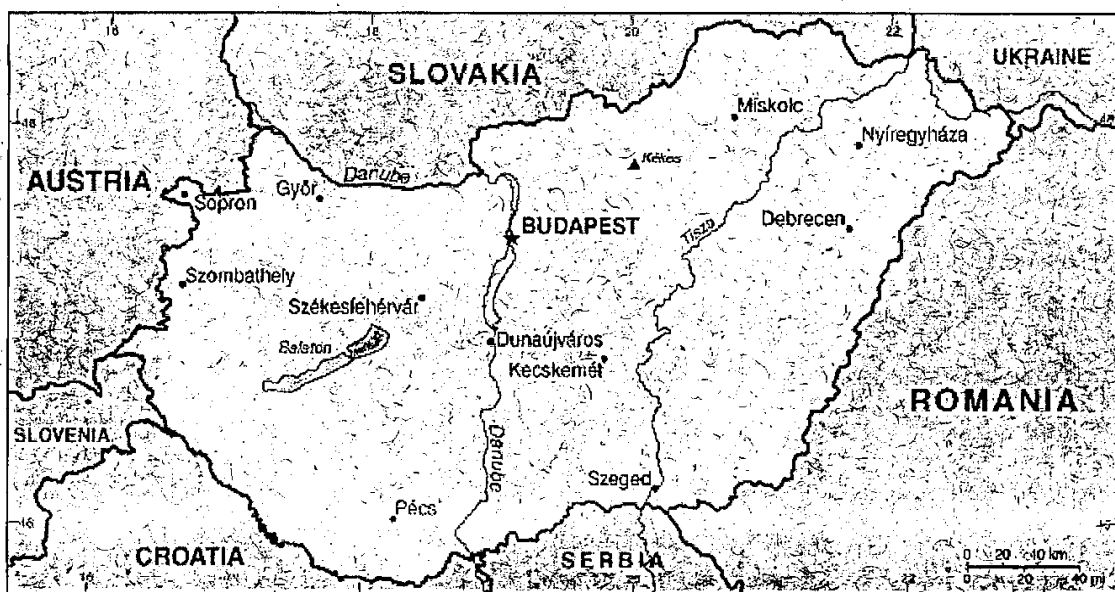
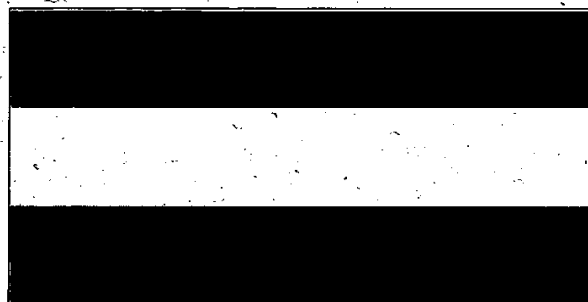
Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

HUNGRIA.



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Janeiro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Hungria
CAPITAL	Budapeste
ÁREA	93.030 km ² (equivalente à do Estado de Santa Catarina)
POPULAÇÃO	10 milhões (equivalente à do Estado do Paraná)
IDIOMA OFICIAL	Húngaro
RELIGIÕES (CENSO 2001)	Católicos (51,9%); protestantes (18,9%); ateus e agnósticos declarados (14,5%); outros cristãos (3,6%); outras religiões (1%); não responderam (11%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PÓDER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Presidente János Áder (desde 10/5/2012)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Viktor Orbán (desde 29/5/2010)
MRE	János Martonyi (desde 29/5/2012)
PIB NOMINAL	US\$ 140,3 bilhões (equivalente ao Distrito Federal)
PIB PPP	US\$ 195,6 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA	US\$ 14.050,00
PIB PER CAPITA PPP	US\$ 19.591,40
VARIAÇÃO DO PIB	0,007% (est. 2012); 1,7% (2011); 1,3% (2010)
IDH 2011 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,816 (37º entre 186 países; Brasil é o 84º)
EXPECTATIVA DE VIDA	75,02 anos
ÍND. DE ALFABETIZAÇÃO	99%
ÍND. DE DESEMPREGO	10,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Florim
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	400 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US\$ milhões, FOB)

BRASIL → HUNGRIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-out)
Intercâmbio	150,2	191,3	266,9	194,1	214,9	274,6	234,5	392,9	417,2	408,8
Exportações	48,8	61,6	153,2	78,7	82,1	97,6	85,9	162,8	134,4	128,2
Importações	101,4	129,7	113,7	115,4	132,8	177,0	148,6	230,1	282,8	280,6
Saldo	-52,6	-68,1	39,5	-36,7	-50,7	-79,4	-62,7	-67,3	-148,4	-152,4

PERFIS BIOGRAFICOS**János Áder**

Presidente da Hungria

János Áder nasceu em Csorna, em 9 de maio de 1959.

Formou-se em Direito pela Universidade Eötvös Loránd (ELTE) de Budapeste, em 1983. Durante a transição para o regime democrático na Hungria, participou das negociações que resultaram no estabelecimento de uma democracia constitucional multipartidária.

Foi membro fundador da “Aliança de Jovens Democratas” (FIDESZ, do húngaro “*Fiatal Demokraták Szövetsége*”), que surgiu como um partido de ideologia anticomunista e libertária. Atualmente, o referido partido é denominado “FIDESZ – Aliança Cívica Húngara”.

Dirigiu a campanha nacional do referido partido em três eleições (1990, 1994 e 1998). Em 1990, foi eleito para a “Assembleia Nacional”, o Parlamento unicameral húngaro. Exerceu mandatos como Deputado até 2009.

Entre 1998 e 2002, exerceu a Presidência da Assembleia e, nessa condição, visitou o Brasil em 2000.

De 2002 a 2006, presidiu a bancada parlamentar do FIDESZ.

Em 2009, foi eleito para o Parlamento Europeu pelo partido FIDESZ, passando a integrar a bancada do Partido Popular Europeu. Em 2012, após a renúncia do Presidente Pál Schmitt, seu nome foi indicado pelo partido para substituí-lo. Dada a maioria parlamentar da coalizão governamental, foi eleito e assumiu, em 10 de maio, a Presidência da Hungria.

Viktor Orbán

Primeiro-Ministro

Viktor Orbán nasceu em 31 de maio de 1963, no pequeno vilarejo de Alesútdoboz. Graduiu-se em Direito, em 1987, pela Universidade Eötvös Loránd (ELTE) de Budapeste. Como o atual Presidente, János Áder, foi um dos membros fundadores da Aliança de Jovens Democratas (atual FIDESZ – Aliança Cívica Húngara).

Em 1989, em cerimônia comemorativa da Revolução Húngara de 1956, proferiu discurso pela realização de eleições livres e contra a presença de tropas soviéticas na Hungria. Em decorrência do discurso, tornou-se personalidade conhecida na Hungria.

Desde as primeiras eleições livres, de 1990, ocupa assento no Parlamento húngaro. Tornou-se, em 1993, Presidente do FIDESZ. Durante seu mandato, o partido mudou seu perfil, abandonando uma plataforma jovem e radical, em prol da defesa de políticas moderadas, mais alinhadas à direita do espectro político húngaro.

Foi nomeado Primeiro-Ministro pela primeira vez em 1998, após vitória da coalização de centro-direita nas eleições parlamentares, tendo permanecido no cargo até 2002.

Logo após deixar a Chefia de Governo, foi eleito Vice-Presidente do Partido Popular Europeu e reconduzido ao posto de Presidente do FIDESZ.

Em 2010, tornou-se novamente Primeiro-Ministro, após expressiva vitória do FIDESZ nas eleições parlamentares.

János Martonyi **Ministro dos Negócios Estrangeiros**

János Martonyi nasceu em 5 de abril de 1944, na cidade de Kolozsvár, na Transilvânia (hoje Cluj-Napoca, Romênia). Graduou-se em Direito pela Universidade József Attila, em 1967, e concluiu Doutorado em Direito e Administração Pública, em 1975. Desde então, mantém carreira acadêmica paralela às atividades políticas.

Em 1988, foi, juntamente com os atuais Primeiro-Ministro e Presidente da Hungria, membro fundador da Aliança de Jovens Democratas, posteriormente denominada “FIDESZ - Aliança Cívica Húngara”.

Entre 1989 e 1990, foi nomeado encarregado do setor de privatizações do país. Trabalhou no Ministério de Relações Econômicas Internacionais entre 1990 e 1991.

Em 1991, ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Hungria. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros durante o primeiro Governo de Viktor Orbán (1998-2002) e, em 29 de maio de 2010, quando Orbán foi eleito Primeiro-Ministro pela segunda vez, foi novamente convidado a assumir a chefia da diplomacia húngara.

Paralelamente às atividades políticas, leciona, desde 1987, na Universidade ELTE (Budapeste) e na Universidade de Szeged. Foi professor visitante em diversas universidades europeias no período entre 1995 e 1998 e professor por tempo integral em Budapeste de 2002 a 2009.

É autor de diversos artigos nas áreas de Direito Comercial Internacional, integração europeia e cooperação regional.

Foi escolhido, em 2007, para integrar o “Grupo Amato”, reunião de personalidades políticas europeias, apoiadas pela Comissão Europeia, que auxiliou substantivamente na redação do texto do Tratado de Lisboa.

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Estabelecidas em 1927, as relações diplomáticas entre Brasil e Hungria foram interrompidas em 1942, quando os dois países se encontravam em campos opostos na II Guerra Mundial. As relações seriam restabelecidas somente em 21 de março de 1961, ao amparo da Política Externa Independente levada a cabo pelo Governo Jânio Quadros. A missão diplomática em Budapeste foi reaberta em 1962, em nível de Legação, e elevada à categoria de Embaixada em 1974, durante o “pragmatismo responsável” do Governo Ernesto Geisel, quando a crise do petróleo levou o Brasil a desenvolver relações mais estreitas com a Europa Oriental, em busca de novos mercados.

CONJUNTURA ATUAL

As relações bilaterais têm sido amistosas, para o que contribui a presença de significativa comunidade húngara no Brasil, concentrada principalmente no Estado de São Paulo. Há perspectivas positivas na área econômica, com a abertura de escritórios de companhias brasileiras em Budapeste (Brazil Foods e Fibria), bem como de cooperação em ciência, tecnologia e inovação. No âmbito das Nações Unidas, a Hungria apoia o pleito brasileiro a um assento permanente no CSNU.

O relacionamento, que se manteve aquém de seu potencial durante as últimas décadas, parece ganhar novo fôlego, sobretudo mediante a retomada de contatos de alto nível. Nesse sentido, a visita do Chanceler János Martonyi ao Brasil, em maio de 2011, representou um marco da reaproximação entre os dois países.

No plano diplomático, assinala-se a realização da I Reunião de Consultas Políticas (Budapeste, março de 2012) e da I Reunião da Comissão Mista Econômica Bilateral (Brasília, novembro de 2012).

No campo do intercâmbio acadêmico, em 20 de novembro último, quinze instituições de ensino superior da Hungria foram incluídas no programa Ciência sem Fronteiras, com a oferta de mais de 100 vagas para alunos brasileiros de graduação e pós-graduação.

Apesar da base modesta, o relacionamento econômico apresenta sinais promissores. O intercâmbio comercial cresceu mais de 90% entre 2007 e 2011. Em 2012, o fluxo comercial deverá alcançar seu maior valor na série histórica.

Até recentemente havia a percepção de que o relacionamento da Hungria com China e Índia deveria intensificar-se a expensas das relações com outros países emergentes, como o Brasil, e de outras regiões, como a América do Sul. Ao fechamento da Embaixada em Santiago e dos Consulados em São Paulo e Caracas, a partir de 2009, seguiu-se à abertura de Consulado em Gongzing (China) e o anúncio da inauguração de Consulado em Mumbai (Índia). Essa percepção parece ter sido superada com a adoção da nova estratégia húngara de política externa. A recente decisão, de dezembro de 2011, de reabrir o Consulado-Geral em São Paulo ilustra essa nova tendência.

VISITAS DE ALTO NÍVEL

A visita do Presidente Arpad Göncz, em 1997, foi a primeira de um Chefe de Estado húngaro ao Brasil. Com exceção da passagem de D. Pedro II por Budapeste, em 1871, nenhum Chefe de Estado brasileiro em exercício visitou a Hungria. Em 1994, o então Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso visitou a Hungria e proferiu palestra na Universidade Centro-Europeia.

Quanto a outras autoridades brasileiras, merecem registro visitas à Hungria do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, em 1999, do Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio (MDIC), Luiz Fernando Furlan, em maio de 2004; do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, em julho de 2004; do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, em fevereiro de 2005; do Secretário Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, em novembro de 2009; do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, em novembro de 2009.

Nos últimos anos, visitaram o Brasil o Chanceler húngaro Peter Balázs, em março de 2010, o Secretário de Estado do Ministério da Economia Nacional, Zsolt Becsey, em maio de 2011. Em outubro do mesmo ano, o Presidente da Assembleia Nacional da Hungria, László Kövér, avistou-se com o Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, e com o Presidente do Congresso Nacional, José Sarney. Durante reunião com a comunidade húngara, em São Paulo, o Sr. Kövér anunciou que a Hungria reabriria o Consulado-Geral na cidade, fechado anos antes.

Em novembro de 2011, o então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, visitou Budapeste. O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, também esteve na Hungria, entre 26 e 28 de março de 2012, no contexto de viagem à Europa.

Entre 15 e 18 de maio de 2012, o Chanceler húngaro, János Martonyi visitou Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Em junho, a Secretária de Estado da Educação, Rózsa Hoffmann, reuniu-se com autoridades do Ministério da Educação com vistas a avançar nas negociações técnicas acerca da participação húngara no programa *Ciência sem Fronteiras*. Em seguida, o Presidente János Áder chefiou a delegação húngara à Conferência Rio+20, ocasião na qual foi acompanhado pelo Ministro do Desenvolvimento Rural, Sándor Fazekas.

Em novembro de 2012, o Secretário de Estado do Ministério da Economia Nacional, Kristóf Szatmáry, visitou o Brasil, oportunidade na qual co-presidiu a I Reunião da Comissão Mista Econômica Brasil-Hungria, conforme previsto no Acordo de Cooperação Econômica de 2006.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A visita a Budapeste do então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, em novembro de 2011, revestiu-se de especial importância para as relações bilaterais, na medida em que relançou a cooperação em ciência e tecnologia, bem como ampliou a perspectiva de intercâmbio acadêmico entre instituições húngaras e brasileiras.

O Ministro Mercadante firmou Memorando de Entendimento com o Escritório Nacional de Inovação (NIH) da Hungria, ato que reitera a disposição dos dois países em ativar a Subcomissão Mista que deve operar nessa área, prevista no Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica de 1986.

A Reunião da Subcomissão constituirá oportunidade para a apresentação dos sistemas nacionais húngaro e brasileiro de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) e para o delineamento de estratégia de mais longo prazo para as relações bilaterais.

Componente igualmente relevante da visita do Ministro Mercadante foi sua participação no V Fórum Mundial de Ciências (WSF), durante o qual foi anunciada oficialmente a decisão de realizar-se o VI WSF no Rio de Janeiro, em novembro de 2013. Será a primeira vez que o evento se realiza fora de Budapeste. O VI WSF congregará as principais academias de ciências do mundo, com o apoio da UNESCO, e cria circunstância favorável à aproximação entre o Brasil e a Hungria em atividades ligadas ao conhecimento e à inovação.

Cabe destacar, ainda, que a organização do VI WSF está a cargo, principalmente, da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) — em parceria com a Academia Húngara de Ciências e a UNESCO. Apesar disso, o Governo brasileiro deverá prestar todo o apoio necessário à iniciativa. Nesse sentido, o MCTI criou, em 16 de dezembro de 2011, a “Comissão Executiva Nacional do Fórum Mundial de Ciência 2013”, um indicador da relevância que o Governo atribui ao Fórum.

Por fim, cabe registrar que, em 20 de novembro último, 15 instituições de ensino superior da Hungria foram incluídas no programa Ciência sem Fronteiras. Já estão sendo oferecidas aos estudantes brasileiros 63 vagas em cursos de Graduação e 45 em programas de Doutorado, para o ano letivo que se inicia em 2 de setembro de 2013.

COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes-Ribeiro Filho, visitou a Hungria entre os dias 26 e 28 de março do corrente, a convite do Ministro do Desenvolvimento Rural daquele país, Sándor Fazekas, com quem discutiu assuntos relacionados à retomada da cooperação na área agrícola.

Na mesma visita, representantes do setor privado húngaro também manifestaram ao Ministro Mendes Ribeiro interesse em desenvolver parcerias com o Brasil nas áreas de desenvolvimento rural (tecnologias de produção animal e vegetal, processamento de alimentos e projetos de transferência de tecnologia), energia renovável (proteção do meio ambiente, energia hidráulica, solar, geotérmica e biomassa), infraestrutura e saúde.

O Ministro do Desenvolvimento Rural da Hungria — cujas atribuições englobam também a área de meio ambiente — integrou a delegação de seu país à Conferência Rio+20, oportunidade na qual manteve encontros bilaterais com autoridades brasileiras e visitou instalações da EMBRAPA no Rio Grande do Sul.

Em novembro último, ao final da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, foi firmado Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Rural da Hungria para o desenvolvimento da cooperação em agricultura orgânica.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

Indicadores

Em 2011, o intercâmbio comercial bilateral alcançou US\$ 417,3 milhões, registrando crescimento de 6,2% em relação ao ano anterior. No último quinquênio (2007-2011), os fluxos comerciais registraram expansão de 94,1%. Ainda assim, esses dados representam apenas 0,4% do comércio brasileiro com União Europeia, o que faz da Hungria o 17º parceiro do Brasil no bloco.

No ano passado, as exportações brasileiras para Hungria caíram 17,4% em relação a 2010, reduzindo-se a US\$ 134,5 milhões. A pauta exportadora brasileira registra prevalência de bens industrializados (85,2% do total, contra 14,2% de básicos). Peles e couros representaram 32,8% das vendas; máquinas e aparelhos mecânicos, 15,8%; pastas de madeira, 10,9%; café solúvel, 8,5%; e fumo, 8,3%. 162 empresas brasileiras exportaram para a Hungria em 2011, com destaque para a JBS-Friboi, Cascavel Couros, Nestlé, Fibria-MS Celulose e Souza Cruz.

Em 2011, as importações originárias da Hungria cresceram 22,9% em relação a 2010, alcançando a cifra de US\$ 282,8 milhões. Na pauta, predominam os bens manufaturados, que ascendem a 99,4% do total. Máquinas e aparelhos mecânicos representaram 27,9%, seguidas por máquinas e aparelhos elétricos (22,2%); veículos automóveis, partes e peças (16,7%); produtos químicos orgânicos (8,5%); e, produtos farmacêuticos (7,1%). Cerca de mil empresas brasileiras compraram produtos húngaros, com destaque para a Flextronics Tecnologia, ZF Tecnologia, Ericsson, Ford e Volkswagen. As importações da Hungria mantiveram-se estáveis nos três primeiros meses de 2012, com valor de US\$ 65,1 milhões (redução de 1,4% em relação ao mesmo período de 2011).

Desde o fim do regime socialista na Hungria, com raras exceções, o saldo da balança tem sido desfavorável ao Brasil. Em 2011, registrou-se déficit de US\$ 148,3 milhões (120,3% superior a 2010). O resultado negativo deveu-se, sobretudo, à queda expressiva das exportações brasileiras (US\$ 65,7 milhões a menos que o valor de 2010) — sobretudo pastas de madeira (-76,3%), aparelhos de telefonia celular, partes e peças (-99,9%), blocos de cilindro e cabeçotes (-40,9%), compressores de ar (-99,1%), máquinas fotocopadoras eletrostáticas (-83,7%) e pistões para motores (-34,4%). Apesar do aumento das exportações brasileiras, houve déficit na balança comercial nos três primeiros meses de 2012, da ordem de US\$ 28,7 milhões.

O Brasil reconheceu o *status* húngaro de economia de mercado em dezembro de 2008.

Investimentos

A recente abertura pela Brazil Foods (Perdigão/Sadia) e pela Fibria (celulose e papel) de escritórios em Budapeste é indicativa do potencial húngaro de atração de investimentos e da formação de parcerias comerciais. Dada a dimensão das empresas, estima-se que seus negócios tenham, a médio e longo prazos, impacto na balança comercial.

A Hungria investiu no Brasil US\$ 106,4 milhões em 2008, US\$ 61,3 milhões em 2009 e US\$ 186 milhões em 2010, de acordo com dados do BACEN. A subsidiária húngara da holding suíça EcoSolifer anunciou o início da construção, ainda este ano, em Florianópolis, da primeira fábrica de painéis solares fotovoltaicos de película fina. Ao entrar em operação, a empresa deve gerar cerca de cem postos de trabalho, 40% deles para engenheiros.

Embora não estejam disponíveis estatísticas de investimentos brasileiros na Hungria, há poucas empresas brasileiras instaladas no país, como o grupo Sabó/Kaco (multinacional brasileira fundada por descendentes de húngaros), no setor mecânico e de autopeças. Existem também negócios entre empresas multinacionais com operações nos dois países. Graças ao custo de produção mais barato, de mão de obra qualificada e da localização geográfica e infraestrutura de transporte, a Hungria tornou-se importante centro de produção da indústria automobilística (Audi/Volkswagen, Daimler/Mercedes, Opel/GM e Suzuki) e de autopeças (Bosch). O setor responde por 10% do PIB e 20% das exportações do país. Observa-se crescimento no comércio de motores e peças entre multinacionais do setor estabelecidas nos dois países.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na Hungria é estimada em 400 pessoas, sendo 370 membros registrados. Dado o reduzido número de brasileiros no país, todo o serviço consular é realizado pela Embaixada do Brasil em Budapeste, não havendo Consulados Honorários do Brasil no país.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos oficiais do Brasil à Hungria.

POLÍTICA INTERNA

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

A Hungria é uma República Parlamentarista unitária. O Chefe de Estado é o Presidente da República, eleito pelo Parlamento, com mandato de cinco anos. Possui poderes limitados, entre os quais o de dissolver o Parlamento e convocar novas eleições caso o Legislativo não consiga formar Governo ou aprovar orçamento. Dentre suas prerrogativas, figuram também as de chefiar as Forças Armadas, propor leis e referendos, submeter leis à consideração da Corte Constitucional, bem como recomendar nomes à Assembleia Nacional para o cargo de Primeiro-Ministro. O Presidente representa a “unidade da nação” e “a salvaguarda do funcionamento democrático do Estado”.

A Chefia do Governo é exercida pelo Primeiro-Ministro (em húngaro *miniszterelnök*, ou Ministro-Presidente), eleito por maioria simples na Assembleia Nacional, após recomendação do Presidente da República. Cabe ao Primeiro-Ministro nomear e destituir seus Ministros de Estado e atuar como autoridade suprema da administração pública, realizando todos os atos inerentes à operação da máquina estatal não expressamente reservados a outros órgãos públicos.

A Assembleia Nacional (Parlamento), unicameral, com 386 integrantes, representa o Poder Legislativo. Detém poderes para emendar a Constituição, aprovar leis, elaborar o orçamento e fiscalizar sua execução, aprovar a formação do governo e seu programa, declarar a guerra e celebrar a paz, além de eleger o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e os Ministros da Corte Constitucional. As eleições ocorrem a cada quatro anos, exceto quando antecipadas por decisão do Presidente.

A Corte Constitucional é o órgão judiciário máximo, responsável pela defesa da Constituição, e tem atribuições tanto de controle constitucional prévio como *a posteriori*. É também responsável pela análise da compatibilidade da legislação doméstica com os compromissos assumidos no plano internacional. Desde 1º de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da nova Constituição, a Corte perdeu a competência para se manifestar sobre questões orçamentárias até que a dívida pública seja reduzida para o novo limite constitucional de 50% do PIB.

REFORMAS ESTRUTURAIS / REAÇÕES NEGATIVAS NA UE

Com vitória expressiva da coligação liderada pelo FIDESZ nas eleições de 2010, Viktor Orbán, Primeiro Ministro entre 1998 e 2002, tornou a ocupar a Chefia de Governo e passou a dispor da maioria qualificada necessária para empreender profundas reformas estruturais, com o objetivo de estabilizar a economia (em crise desde 2008) e modernizar a administração pública. Partidos de oposição e representantes da mídia

internacional, entretanto, teceram duras críticas ao Governo, acusando-o de aproveitar-se da maioria parlamentar para promover uma agenda partidária.

A principal reforma estrutural foi a constitucional. Até então, a Carta vigente havia sido outorgada em 1949, sob regime comunista, embora com emendas substanciais adotadas após 1989. A nova Constituição, em vigor desde 1º de janeiro de 2012, espelha a plataforma ideológica conservadora do FIDESZ. A dificuldade de composição de interesses em meio à reforma levou partidos da oposição a boicotar todo o processo, numa tentativa de negar legitimidade a um texto constitucional produzido, segundo, eles, com pequena participação dos demais grupos representativos da sociedade.

Entre outras cláusulas objeto de críticas, a Constituição contém, a modo de preâmbulo, uma “Profissão de Fé Nacional” pela qual “os membros da nação húngara” declaram-se “orgulhosos por nosso Rei Santo Estêvão haver construído o Estado húngaro em bases sólidas e por tê-lo tornado parte da Europa cristã há mil anos”; reconhecem “o valor do cristianismo na preservação da nacionalidade”; declaram honrar “a Sacra Coroa [de Santo Estêvão]”; repudiam “a Constituição comunista de 1949” e negam “qualquer forma de prescrição dos crimes contra a humanidade cometidos contra a nação húngara e seus cidadãos sob a égide das ditaduras nacional-socialista e comunista”; e sustentam que, “após a decadência moral do século XX, temos a necessidade impostergável de uma renovação espiritual e intelectual”.

A Constituição declara a responsabilidade do Estado pelos “húngaros que vivem além de suas fronteiras” (um ponto de atrito com países vizinhos) e retirou da Corte Constitucional a competência para manifestar-se sobre questões fiscais e orçamentárias, até que a dívida pública seja reduzida a 50% do PIB.

A nova Constituição também amplia significativamente o rol de temas a serem regulados por “Leis Cardeais”, cuja aprovação requer maioria qualificada de $\frac{2}{3}$ do Parlamento. A oposição argumenta que, dada a improbabilidade de que essa maioria parlamentar volte a se repetir no futuro, na prática restará consolidado arcabouço jurídico dificilmente reformável.

Juntamente com a nova Constituição, em 1º de janeiro de 2012, entrou em vigor regulamentação que previa profunda reforma no Banco Central, ampliando o número de membros (e, portanto, dos indicados pelo atual Primeiro Ministro) de sua Junta de Governadores. A iniciativa despertou preocupação de autoridades europeias quanto à independência do órgão.

Em janeiro de 2012, o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, anunciou a decisão da CE de iniciar processo formal contra dispositivos de três leis húngaras consideradas incompatíveis com normas da UE: as leis sobre o Banco Central, sobre o órgão nacional de proteção de dados e sobre a antecipação da idade de aposentadoria compulsória dos juízes. Em 25 de abril, a CE decidiu encerrar o procedimento legal contra a lei do Banco Central da Hungria e dar sinal verde às negociações de acordo de ajuda financeira à Hungria. A controvérsia sobre as demais

leis deve ser submetida à Corte Europeia de Justiça. Em 16 de julho, a Corte Constitucional húngara declarou a inconstitucionalidade formal e material da lei sobre aposentadoria dos juízes.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a derrocada do comunismo, em 1989, a Hungria persegue quatro prioridades básicas em sua política exterior: (1) a integração do país à União Europeia (alcançada em 2004) e seu aprofundamento; (2) a integração às estruturas euro-atlânticas; (3) a construção de laços ainda mais profundos com os vizinhos da Europa Central, particularmente os do Grupo de Visegrád (Hungria, Polônia, República Tcheca e Eslováquia) e (4) a proteção das comunidades húngaras no exterior.

Em 2011, no entanto, transcorridos 22 anos da redemocratização do país, a Chancelaria húngara adotou novas diretrizes que visam a produzir *aggiornamento* da política exterior. O documento tornado público conclui que o país, ao concentrar suas atenções nas quatro prioridades acima, descuidou do relacionamento com outras regiões do globo, e recomenda particular atenção, no futuro, à Ásia e à América Latina.

RELAÇÕES EURO-ATLÂNTICAS

A adesão às estruturas euro-atlânticas constituiu uma das prioridades centrais da política externa húngara após a queda do regime socialista, em 1989. Elemento fundamental na afirmação do novo regime, o relacionamento estreito com Washington e com os vizinhos europeus serviria de contrapeso a suposta ameaça russa. A Hungria aderiu ao Conselho da Europa em novembro de 1990; à Organização para Cooperação e Desenvolvimento na Europa (OCDE), em março de 1996; à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em março de 1999; e à União Europeia (UE), em maio de 2004. O país mantém, ainda, estreitas relações políticas e econômicas com os Estados Unidos, a quem a retórica oficial reserva o título de “aliado”.

Ao amparo da OTAN, a Hungria contribui, sem oposição interna digna de nota, com o esforço militar liderado pelos Estados Unidos no Afeganistão, e nesse contexto enviou mais de 500 soldados para compor a Força Internacional de Assistência e Segurança (ISAF). De resto, a Hungria ofereceu a base aérea de Pápa para sediar o Consórcio das Operações Aerotransportadas da OTAN, em apoio à operação do avião de transporte militar norte-americano C-17.

UNIÃO EUROPEIA

A Hungria aderiu à União Europeia (UE) em 2004, na primeira leva de ex-integrantes do bloco comunista a lograr a adesão ao bloco. Exerceu a Presidência do Conselho no primeiro semestre de 2011, o que foi considerado, em Budapeste, marco

histórico da diplomacia do país, contribuindo para elevar seu perfil no bloco e projetar imagem de alguma liderança na Europa centro-oriental.

À frente do Conselho, a Hungria deu prioridade ao relacionamento do bloco com os países de seu entorno imediato. Nesse contexto, defendeu o ingresso da Romênia e da Bulgária no Espaço Schengen, e o da Croácia na União; buscou elevar o perfil da Parceria para o Leste (institucionalizando foros de diálogo e cooperação da UE com a Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, República Moldova e Ucrânia); e promoveu o lançamento da *Estratégia para o Danúbio* (que desenvolverá cerca de quarenta projetos em países ribeirinhos, em áreas como navegação, transporte, comércio, turismo, infraestrutura, meio ambiente e segurança energética). Outras prioridades húngaras foram o desenvolvimento de política energética comunitária e a proteção das minorias ciganas, com o lançamento da “Estratégia Roma”, que buscará a integração desse grupo étnico largamente marginalizado.

COMUNIDADES HÚNGARAS NA EUROPA CENTRAL

Em 31 de outubro de 1918, ao término da Primeira Guerra Mundial, a Hungria pôs fim ao compromisso dual com a Áustria que, desde 1867, garantira a união de ambas as nações sob o Império Austro-Húngaro. Dois anos mais tarde, a Hungria celebraria com as potências vencedoras o Tratado de Trianon, que a despojou de dois terços de seu território, deixando substanciais populações de língua húngara sob a soberania de diversos outros Estados. A título de exemplo, os húngaros étnicos constituem 9,7% da população da Eslováquia, 6,6% da Romênia e 3,9% da Sérvia.

O país há muito não pleiteia a revisão do Tratado, mas seus efeitos ainda são parte importante da *psique* húngara. O Estado húngaro é forçado, ainda hoje, a lidar com sua principal consequência — a existência de minorias húngaras nos países vizinhos —, que constitui uma das prioridades de sua ação externa.

Nesse contexto, a Hungria tem-se esforçado para promover uma política de boa vizinhança, em particular com os países que abrigam populações de origem húngara. Obedece ao mesmo sentimento a criação do Fórum dos Parlamentares Húngaros da Bacia Carpatiana, organismo que reúne regularmente parlamentares de origem húngara eleitos para as casas legislativas dos países vizinhos com seus pares de Budapeste.

GRUPO DE VISEGRÁD (V4)

Com vistas a potencializar seu peso relativo na região, dirimir conflitos com Estados vizinhos que abrigam comunidades húngaras, bem como promover sua integração à Europa, a Hungria aliou-se, em 1991, à Polônia e à então Tchecoslováquia, na criação do Grupo de Visegrád (V4). Com base na história comum e na identidade de suas elites dirigentes, o V4 (que hoje inclui os dois Estados sucessores da Tchecoslováquia, República Tcheca e Eslováquia) continua a desempenhar papel

importante na coordenação dos quatro países centro-europeus em matéria política e econômica. Mesmo depois do ingresso dos quatro países na União Europeia, o espírito que originou a criação do Grupo — fortalecer a voz dos pequenos países da periferia Europeia frente às grandes potências — continua a presidir seus objetivos e a inspirar iniciativas de cooperação com a Bulgária, a Romênia e os países bálticos.

Na última reunião de Chanceleres do V4, a 25 de outubro último em Varsóvia, os participantes discutiram iniciativas de aproximação com os países dos Bálcãs Ocidentais e reafirmaram seu interesse em apoiar a adesão desses países à União Europeia.

RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA

Em 11 de dezembro de 2011, foi lançado pela Chancelaria húngara o documento "A Política Externa da Hungria após a Presidência da União Europeia", que destaca a América Latina como uma das prioridades da política externa do país.

O documento ressalta que "os 33 países da região recentemente embarcaram num caminho de desenvolvimento dinâmico similar ao da Ásia, apresentando, entretanto, significativas diferenças internas. Após superar situações anteriores de instabilidade política, a maioria dos países da América Latina é agora liderada por governos democraticamente eleitos. A consolidação da democracia e a abertura dos mercados levaram à aceleração do crescimento econômico. [...] A região é diretamente afetada pelos desafios globais recentes, e essa é a razão para que esses países, principalmente as potências regionais, sejam cada vez mais ativos no enfrentamento desses temas (mudança climática, biodiversidade, pobreza, migração, crime organizado e tráfico de drogas), às vezes, até mesmo, assumindo liderança nos fóruns internacionais".

Ainda segundo o documento, a inclusão da América Latina dentre as prioridades da Chancelaria em termos de abertura global justifica-se também devido ao "poder de voto da América Latina na ONU e em outras organizações internacionais ser considerável [e] sua posição influenciar as principais políticas globais e decisões econômicas que afetam a comunidade internacional como um todo".

NAÇÕES UNIDAS

A diplomacia húngara busca manter perfil elevado em foros multilaterais. São indicadores desses esforços a visita à Hungria, do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, em abril de 2011, e o lançamento da candidatura ao Conselho de Segurança para o mandato 2012-2013 (o país acabou derrotado pelo Azerbaijão).

A Hungria foi admitida na Organização das Nações Unidas (ONU) em 1955. Durante a Guerra Fria, teve participação modesta na Organização, sobretudo devido a seu alinhamento automático com Moscou. Em contraste, assumiu postura de muito maior ativismo, nos anos imediatamente posteriores à derrocada do comunismo. Em 1992 e 1993, durante os conflitos de dissolução da Iugoslávia, exerceu pela segunda vez mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança (a primeira fora em 1968-1969). Participou de diversas missões comandadas pela ONU, tais como o envio de equipe médica à Arábia Saudita, durante a Guerra do Golfo de 1991, e a contribuição com forças policiais nas eleições de Angola e Camboja, em 1991 e 1993.

No tocante à Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Hungria defende expansão nas duas categorias (de membros permanentes e de membros não permanentes) até um total de 27 membros, e a criação de um assento não-permanente adicional para o grupo da Europa Oriental. Em encontro com o ex-Presidente Lula, em setembro de 2009, o então Primeiro-Ministro Gordon Bajnai anunciou apoio à candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança, posição que voltou a ser confirmada em diversos contatos com o atual governo.

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Desde o ingresso húngaro na União Europeia, em maio de 2004, a economia do país vem mostrando certa perda de dinamismo, o que se deveria sobretudo às deficiências estruturais ainda remanescentes no tecido econômico. Em consequência, a economia do país refletiu ainda mais intensamente as incertezas decorrentes da crise internacional. Em 2009, registrou contração de 6,8%. Mesmo em face das medidas anticíclicas adotadas desde então, a economia não mostrou grande vitalidade.

Tomado a preços de mercado, o PIB húngaro somou US\$ 140 bilhões em 2011, com crescimento de 1,5% em relação ao ano anterior. A renda per capita do país é de cerca de US\$ 12 mil. Para o biênio em curso, as perspectivas são bem ainda mais modestas: as últimas projeções indicam que a economia húngara pode sofrer retração real de até 1% no corrente ano. A política econômica do atual governo busca reduzir a dívida pública, gerar empregos e preservar o poder de compra da moeda local, mas a despeito disso tem-se registrado severa deterioração dos principais indicadores.

Desde o segundo semestre de 2011, a economia húngara tem sofrido significativos abalos. O país teve sua nota de risco soberano rebaixada, com probabilidade negativa, pelas três grandes agências internacionais de classificação de risco. Como resultado, a Hungria perdeu o grau de investimento (*investment grade*), o que tende a agravar ainda mais o panorama econômico local. O rebaixamento do *rating* reflete o agravamento econômico do entorno e tende a complicar o fechamento de novo acordo com o Fundo Monetário Internacional.

O PIB húngaro mostra ganhos de representatividade do setor terciário, em detrimento das atividades primárias e secundárias. A participação da agricultura limita-se a 3%, ao passo que o segmento industrial representa 37% do PIB. O setor de serviços (com destaque para as finanças) responde por 60% do valor adicionado e, na mesma linha, ocupa 64% da força de trabalho. A respeito da agricultura, vale notar que 63% do território é cultivável, destacando-se a produção de cereais, grãos e a agropecuária. Na indústria, destacam-se os segmentos de automação, eletrônico, de alimentação e bebidas. O turismo vem ganhando crescente importância.

A política econômica tem mudado significativamente, tentando fazer face ao novo cenário que se vem cristalizando na União Europeia. Do lado fiscal, observa-se permanente esforço no sentido de controlar os déficits orçamentários e dominar a dívida pública. A dívida húngara (82%) é a maior entre os recentes membros da União Europeia. A nova Constituição do país estipula como teto o patamar de 50% para a dívida pública em relação ao PIB. O déficit fiscal, por sua vez, deve fechar 2012 em nível de 4,4%, com pequeno viés de baixa.

A autoridade monetária é o Banco Nacional da Hungria (NBH), que se encontra no foco das atenções desde a entrada em vigor da nova Constituição húngara, que limita seu campo de ação. Nos últimos meses de 2011 e no início de 2012, a moeda local, o florim, foi alvo de intensos ataques especulativos e, por conseguinte, perdeu valor. O alto grau de exposição ao mercado externo contribui para agravar a situação de vulnerabilidade. O Governo húngaro dá indicações de que a adesão ao euro não deve ocorrer antes de 2018-2020, até mesmo porque a moeda comum perdeu muito de sua atratividade aos olhos húngaros.

Assim como outras economias europeias, a Hungria tem convivido com altas taxas de desemprego, sobretudo no que concerne às faixas mais jovens da população: apenas 55% das pessoas acima de 20 anos encontram-se empregadas. Em 2012, o desemprego deverá situar-se na faixa de 10%.

A despeito desse quadro, e talvez por sua localização estratégica no centro do continente, a Hungria ainda apresenta bom desempenho na captação de investimentos diretos. O estoque de capitais estrangeiros em território húngaro é de US\$ 92 bilhões, o que representa 66% do PIB. Custos locais de aluguel e mão-de-obra constituem diferenciais em relação países vizinhos. Os recentes rebaixamentos da nota húngara devem produzir reflexos nos fluxos de IED, que poderão apresentar comportamento menos exuberante. As reservas internacionais vêm mostrando comportamento discreto, somando US\$ 48 bilhões ao final de 2011.

O comércio exterior húngaro mostra alto grau de integração e complementaridade com o de outros países da União Europeia. Durante o ano passado, o intercâmbio comercial do país viu-se estimulado pela discreta recuperação do nível de atividades na

União Europeia e em outros importantes parceiros. Os dados até setembro mostram que a corrente de comércio atingiu US\$ 161 bilhões. A balança comercial de bens e serviços mostra-se superavitária. As transações correntes também mostram resultados positivos. O desempenho comercial, no entanto, tende a ser afetado pelo atual recrudescimento das incertezas no entorno.

Em 2011, as vendas do país somaram US\$ 111,2 bilhões, cifras 30% superiores às do ano anterior. A União Europeia é o principal destino para a oferta exportável da Hungria. Individualmente, e com referência aos dados de 2011, são os seguintes os principais países importadores de produtos húngaros: Alemanha (25,2% do total); Áustria (5,4%) e Romênia (5,7%). Destacam-se as exportações de máquinas (47,8%); automóveis (9,4%); farmacêuticos (4,5%); instrumentos de precisão (4%).

As importações atingiram US\$ 101,5 bilhões em 2011, 15% a mais que no ano anterior. Em relação aos mercados de origem, a União Europeia responde, historicamente, pela maior parte do suprimento da demanda externa húngara. Fornecedores mais relevantes, com relação aos dados de 2011: Alemanha (24,7%), Rússia (8,7%), Áustria (6,2%), China (6%) e Eslováquia (4,9%). Principais grupos de produtos demandados: máquinas (40%), combustíveis (12%), automóveis (6,7%). No geral, a pauta demandada mostra maior presença de básicos, matérias-primas e insumos, como é o caso das aquisições de petróleo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

670	Nômades húngaros deslocam-se dos Montes Urais para os Cárpatos.
896	Árpád é eleito príncipe pelos chefes das sete tribos húngaras e se torna o primeiro governante de um povo húngaro unificado.
1000	Estêvão (posteriormente Santo Estêvão) é batizado e coroado rei pelo Papa Silvestre II, fundando o reino cristão da Hungria.
1241	A Hungria é invadida pelos mongóis, chefiados por Gengis Khan.
1521	Invasão da Hungria pelos turcos.
1526	O exército húngaro é derrotado na Batalha de Mohács, abrindo caminho para a conquista da Hungria pelos turcos.
1541	Tomada do castelo de Buda. Opera-se a divisão tripartite da Hungria: a Hungria Monárquica, governada por Fernando I de Habsburgo; o Principado da Transilvânia, Estado vassalo do Império Otomano; e o Território Central, sob controle direto do Império Otomano.

1718	Após longa campanha do exército cristão sob o comando do Sacro Império Romano-Germânico, a Hungria é libertada do domínio turco. Os Habsburgo mantêm o controle de todo o reino.
1848	Revolução húngara contra o domínio Habsburgo.
1849	Tropas russas, convocadas pelos Habsburgo, derrotam o exército húngaro e restabelecem o domínio austriaco. Os 13 principais generais húngaros são executados na cidade de Arad.
1867	Monarquia Dual Austro-Húngara.
1918	Após a 1ª Guerra Mundial, forças nacionalistas húngaras assumem o poder na Hungria sob o regente Almirante Miklós Horthy.
1920	Tratado de Trianon. A Hungria perde $\frac{2}{3}$ de seu território (190.000 km ²) e mais da metade da população é dividida pelas novas fronteiras.
1940	A Hungria alinha-se ao Eixo na 2ª Guerra.
1945	Tropas do Exército soviético ocupam a Hungria.
1945	Nas primeiras eleições do pós-guerra, após a intervenção das forças aliadas em prol da formação de Governo de coalizão, o partido comunista húngaro toma conta da máquina estatal.
1956	Violenta repressão da revolta popular que tenta liberar a Hungria do controle soviético e torná-lo país neutro.
1989	A Hungria abre sua fronteira com a Austria. Queda do Muro de Berlim e fim do regime socialista na Hungria.
1990	Árpád Göncz eleito primeiro Presidente após o regime socialista.
1999	Adesão da Hungria à OTAN.
2004	Entrada da Hungria na União Europeia.
2010	Eleição do Primeiro-Ministro Viktor Orbán (maio).
2010	Eleição do Presidente Pál Schmitt (junho).
2011	Presidência húngara do Conselho da União Europeia.
2012	Entrada em vigor da nova Constituição da Hungria (janeiro). Renúncia do Presidente Pál Schmitt (abril). Eleição do Presidente János Áder (maio).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1871	Imperador D. Pedro II visita a Hungria, na época integrante do Império Austro-Húngaro.
1873	Império do Brasil abre Consulado em Budapeste.
1925	Brasil abre Missão diplomática permanente junto ao Governo húngaro, em Budapeste, no nível de Legação.
1927	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1942	Interrupção do relacionamento bilateral devido à II Guerra Mundial.
1961	Restabelecimento das relações bilaterais.
1962	Reabertura da Missão diplomática permanente em Budapeste, no nível de Legação.
1974	Brasil eleva a Missão diplomática permanente em Budapeste ao nível de Embaixada (maio).
1988	Hungria abre Consulado-Geral em São Paulo (dezembro).
1992	Géza Jeszenszky, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, visita o Brasil (abril).
1993	György Szabad, Presidente da Assembleia Nacional da Hungria, visita o Brasil (maio).
1994	Fernando Henrique Cardoso, Presidente-Eleito, visita a Hungria (novembro).
1997	Árpád Göncz, Presidente da Hungria, visita o Brasil (abril).
1998	Zenildo de Lucena, Ministro do Exército, visita a Hungria (maio).
1999	Francisco Turra, Ministro da Agricultura e Abastecimento, visita a Hungria (março).
1999	Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores, participa em Budapeste de reunião ministerial preparatória à Conferência da OMC, a convite do Ministro da Economia (maio).
2000	János Áder, Presidente da Assembleia Nacional da Hungria e atual Presidente da Hungria, visita o Brasil (maio).
2004	Luiz Fernando Furlan, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, visita a Hungria (maio).
2004	José Sarney, Presidente do Congresso Nacional, visita a Hungria (julho).
2005	Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura, visita a Hungria (fevereiro).
2008	O Brasil reconhece a Hungria como economia de mercado.
2009	Visita a Hungria do Secretário Executivo do MDIC, Ivan Ramalho.
2010	Péter Balázs, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, visita o Brasil (março).
2011	László Kövér, Presidente da Assembleia Nacional da Hungria, visita o Brasil.

	(outubro). O então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, visita a Hungria (novembro).
2012	O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, visita a Hungria (março). Visitas ao Brasil do Chanceler János Martonyi (maio), do Presidente János Áder e do Ministro do Desenvolvimento Rural Sándor Fázekas (junho). Realização da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria (novembro).

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência	Publicação (D.O.U)
Acordo para o Estabelecimento de Escritórios para Fins Comerciais nas Cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo	29/01/1980	29/01/1980	15/02/1980
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	20/06/1986	02/01/1992	07/02/1992
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	20/07/1986	13/07/1990	11/03/1991
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	17/11/1987	02/01/1992	12/02/1992
Acordo sobre a Abertura do Consulado-Geral em São Paulo	12/12/1988	12/12/1988	29/12/1988
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço	13/12/1990	01/01/1991	20/12/1990
Acordo no Campo da Cooperação Cultural	19/03/1992	12/01/1998	04/09/1998
Acordo de Cooperação na Área de Turismo	03/04/1997	25/02/1998	30/06/1998
Acordo sobre Serviços Aéreos	03/04/1997	19/04/1999	19/07/1999
Acordo para a Abolição Recíproca da Exigência de Visto de Entrada	09/11/1999	19/07/2001	17/07/2001
Acordo sobre Cooperação nos Campos da Quarentena Vegetal e da Proteção das Plantas	10/11/1999	16/09/2002	16/09/2002
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	27/09/2005	26/08/2010	26/08/2010
Acordo de Cooperação Econômica	05/05/2006	01/10/2008	13/01/2009

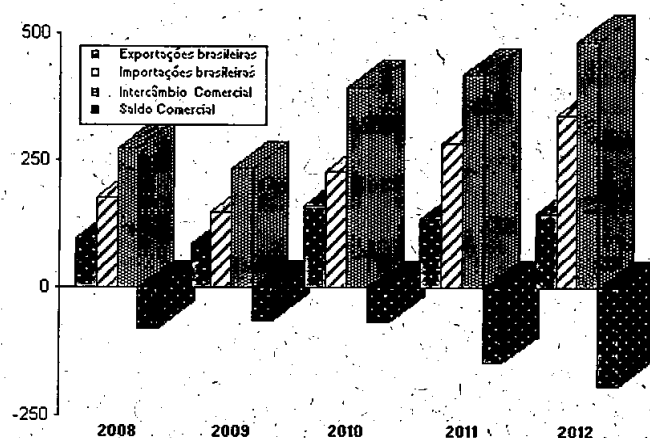
INFORMAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

BRASIL-HUNGRIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	98	86	163	134	146
Variação em relação ao ano anterior	18,9%	-11,9%	89,4%	-17,4%	8,3%
Importações brasileiras	177	149	230	283	339
Variação em relação ao ano anterior	33,3%	-16,1%	54,9%	22,9%	19,7%
Intercâmbio Comercial	275	235	393	417	484
Variação em relação ao ano anterior	27,8%	-14,6%	67,6%	6,2%	16,0%
Saldo Comercial	-79	-63	-67	-148	-193

Elaborado pelo MRE/PRADIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDC/SECEX/Aliceweb.

No ranking do comércio exterior brasileiro de 2012, a Hungria figurou como o 70º parceiro comercial, com participação de 0,1% no total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 76%, graças ao incremento de 49% nas exportações e de 91% nas importações brasileiras. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 275 milhões em 2008, para US\$ 484 milhões em 2012. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o quinquênio analisado, registrou déficit de US\$ 193 milhões em 2012.

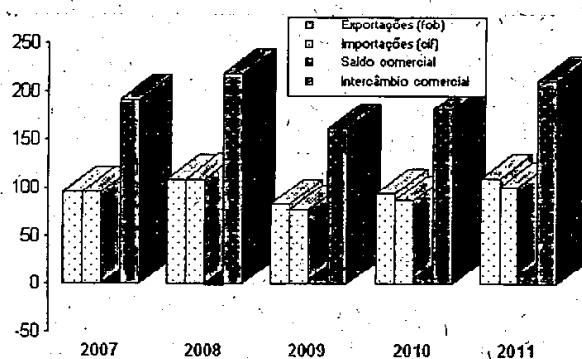


HUNGRIA: COMÉRCIO EXTERIOR

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações (fob)	95,6	108,3	83,2	93,9	109,5	73,2	66,8
Importações (cif)	95,7	109,2	77,9	87,6	100,9	67,1	61,9
Saldo comercial	-0,1	-0,9	5,3	6,3	8,6	- 6,1	4,8
Intercâmbio comercial	191,3	217,6	161,1	181,5	210,5	140,3	128,7

Elaborado pelo INREOP/PRIO - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012



O comércio exterior da Hungria apresentou, em 2011, variação de 10% em relação a 2007, passando de US\$ 191 bilhões para US\$ 211 bilhões. No ranking do FMI de 2011, a Hungria figurou como o 34º principal mercado mundial, sendo 34º na exportação e 33º na importação.

HUNGRIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-ago)	% no total
Alemanha	27,6	25,2%	17,5	26,2%
Romênia	6,8	6,2%	4,1	6,1%
Eslováquia	6,6	6,0%	3,9	5,9%
Áustria	6,3	5,8%	4,0	6,0%
Itália	5,6	5,1%	3,2	4,8%
França	5,2	4,8%	3,2	4,7%
Reino Unido	5,1	4,6%	2,8	4,2%
Polônia	4,3	3,9%	2,6	3,9%
República Tcheca	4,2	3,8%	2,6	3,9%
Rússia	3,4	3,1%	2,0	3,0%
Brasil	0,25	0,2%	0,20	0,3%
Subtotal	75,3	68,8%	46,1	69,0%
Outros países	34,2	31,2%	20,7	31,0%
Total	109,5	100,0%	66,8	100,0%

Elaborado pelo INECS/SECEX - Direção de Estatística e Comércio com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, disponível em: www.inecsex.gov.br

As exportações do país são destinadas em grande parte aos vizinhos europeus, que corresponderam a 76% do total em 2011. A Alemanha foi o principal destino das vendas húngaras em 2011 e absorveu 25% do total, seguida da Romênia (6%); Eslováquia (6%); Áustria (6%); Itália (6%); França (5%); e Reino Unido (5%). O Brasil obteve o 39º lugar entre os principais compradores em 2011, participando com 0,2% do total.

HUNGRIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

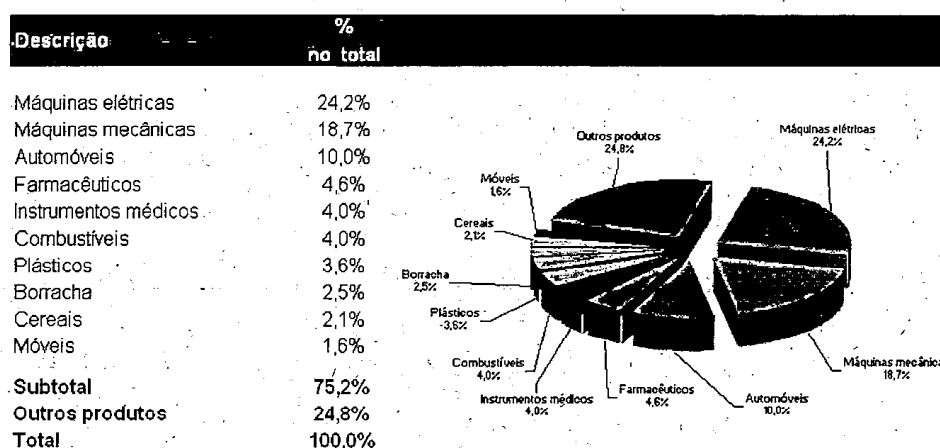
Descrição	2011	% no total	2012 (jan-ago)	% no total
Alemanha	24,4	24,2%	15,4	24,9%
Rússia	8,9	8,8%	5,3	8,5%
China	8,5	8,4%	4,5	7,2%
Áustria	6,8	6,7%	4,6	7,4%
Eslováquia	5,5	5,5%	3,4	5,5%
Polônia	4,7	4,7%	2,9	4,7%
Itália	4,6	4,6%	2,8	4,6%
Países Baixos	4,3	4,3%	2,6	4,3%
França	3,7	3,7%	2,3	3,7%
República Tcheca	3,5	3,4%	2,1	3,5%
Brasil	0,13	0,1%	0,09	0,2%
Subtotal	75,0	74,3%	46,1	74,5%
Outros países	25,9	25,7%	15,8	25,5%
Total	100,9	100,0%	61,9	100,0%

Elaborado pelo INECS/SECEX - Direção de Estatística e Comércio com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, disponível em: www.inecsex.gov.br

Os vizinhos europeus também foram os principais fornecedores de bens à Hungria. Individualmente, a Alemanha também foi o principal fornecedor de bens. Em 2011, respondeu por quase 1/4 do total, seguida da Rússia (9%); China (8%); Áustria (7%); Eslováquia (6%); e Polônia (5%). O Brasil obteve o 40º lugar, com 0,1% do total.

HUNGRIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2012 (jan-set) - em %

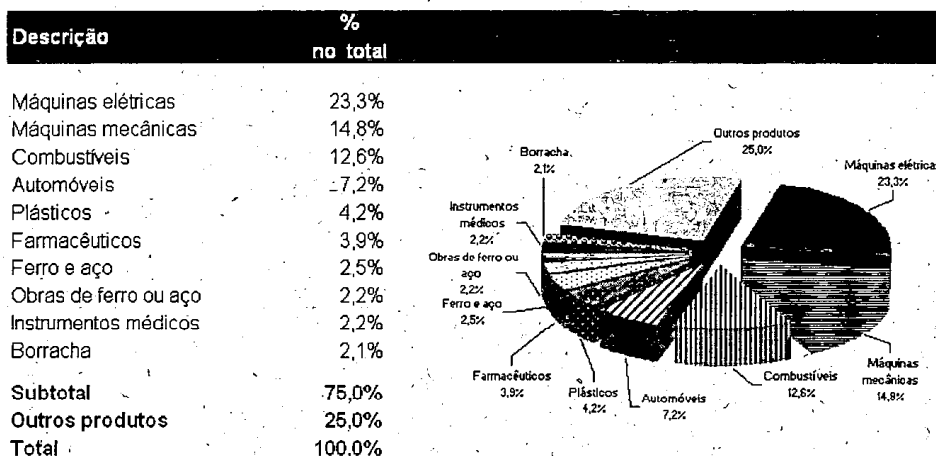


Elaborado pelo IUPERJ/PRIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC Trademap.

A pauta de exportações húngara é concentrada em bens com alto valor agregado. Máquinas e automóveis somaram mais da metade das vendas do país. No período de janeiro a setembro de 2012, esses 3 grupos de produtos somaram 53% do total, seguidos dos produtos farmacêuticos (5%); aparelhos e instrumentos médicos e de precisão (4%); combustíveis (4%); plásticos (4%); e borracha (3%).

HUNGRIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2012 (jan-set) - em %



Elaborado pelo IUPERJ/PRIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC Trademap.

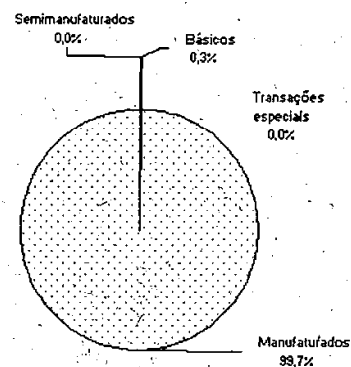
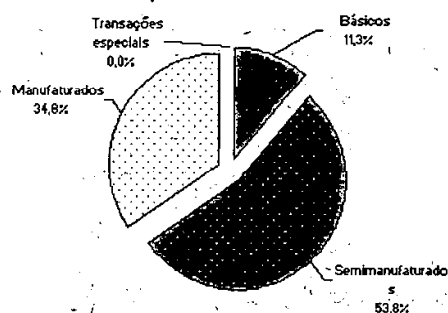
Seguindo o exemplo da pauta de exportações, a pauta de importações também apresentou-se concentrada nos produtos manufaturados. No período entre janeiro e setembro de 2012, as máquinas representaram 38% do total, seguidas de combustíveis (13%); automóveis (7%), plásticos (4%); e produtos farmacêuticos (4%).

BRASIL-HUNGRIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2012

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	16,5	11,3%	0,9	0,3%
Semimanufaturados	78,4	53,8%	0,0	0,0%
Manufaturados	50,7	34,8%	337,8	99,7%
Transações especiais	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	145,6	100,0%	338,7	100,0%

Elaborado pelo INPI/PRONIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do INIC

As exportações brasileiras para a Hungria foram compostas em sua maior parte por produtos semimanufaturados, que representaram 54% das vendas em 2012, com destaque para peles e couros bovinos. Em seguida posicionaram-se os manufaturados, com 35% e os básicos com 11%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a quase totalidade, 99,7% do total em 2012, com destaque para máquinas e automóveis.



BRASIL-HUNGRIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para a Hungria, 2012
			Valor	% no total	
Pele e couros	17,6	44,2	78,4	53,8%	
Máquinas mecânicas	28,0	21,3	17,0	11,7%	
Preps alimentos diversas	8,7	11,4	15,4	10,6%	
Fumo	7,5	11,1	9,2	6,3%	
Máquinas elétricas	14,8	7,0	6,2	4,3%	
Ferramentas	0,2	0,3	3,8	2,6%	
Sementes/grãos	3,1	5,3	3,6	2,5%	
Carnes	2,4	2,0	3,1	2,1%	
Instrumentos médicos	1,3	2,2	1,9	1,3%	
Calçados	2,3	1,9	1,8	1,2%	
Subtotal	85,8	106,6	140,4	96,4%	
Outros produtos	77,1	27,9	5,2	3,6%	
Total	162,9	134,5	145,6	100,0%	

Elaborado pelo ASPECTIVO - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do ASPECTIVO e do ASPECTIVO

A pauta de exportações brasileiras para a Hungria é concentrada em poucos itens. Couros e peles bovinas, máquinas mecânicas (bloco de cilindros, cabeçotes, para motores diesel/semidiesel, pistões ou embolos, para motores de explosão, pistões ou embolos, de compressores de ar/outros gases, etc) e preparações alimentícias diversas (principalmente café solúvel, mesmo descafeinado) responderam por 76% do total de 2012. Destacaram-se, também, fumo (6%) e máquinas elétricas (4%).

BRASIL-HUNGRIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da Hungria, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	64,7	78,8	107,0	31,6%	
Máquinas elétricas	50,4	62,7	64,7	19,1%	
Automóveis	30,4	47,2	60,1	17,7%	
Químicos orgânicos	22,6	24,0	41,1	12,1%	
Instrumentos médicos	9,9	16,4	23,9	7,1%	
Plásticos	3,0	3,9	8,9	2,6%	
Borracha	3,9	5,4	8,4	2,5%	
Farmacêuticos	19,5	20,0	8,3	2,5%	
Móveis	3,7	2,5	2,5	0,7%	
Obras de ferro ou aço	1,3	2,5	2,3	0,7%	
Subtotal	209,4	263,4	327,2	96,6%	
Outros produtos	20,8	19,5	11,5	3,4%	
Total	230,2	282,9	338,7	100,0%	

Elaborado pelo ASPECTIVO - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do ASPECTIVO e do ASPECTIVO

As importações brasileiras originárias da Hungria são compostas por bens com alto valor agregado. Em 2012, máquinas mecânicas (motores, unidades de discos magnéticos, volantes e polias, válvulas, etc), máquinas elétricas (partes de aparelhos telefônicos, interruptores, aparelhos para preparação de café ou chá, câmeras de TV, etc) e automóveis foram os principais itens importados e representaram 68% do total. Seguiram-se: produtos químicos orgânicos (12%); instrumentos médicos e precisão (7%); e plásticos (3%).

BRASIL-HUNGRIA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan-set)	2012(jan-set) Valor	% no total	Exportações bras. para a Hungria em 2012 (jan-set)
Exportações*				
Peles e couros	23,9	62,8	54,1%	0 17 33
Máquinas mecânicas	15,6	13,0	11,2%	Máquinas mecânicas
Preparações alimentícias	5,8	11,3	9,7%	Preparações alimentícias
Fumo	9,2	5,5	4,7%	Fumo
Máquinas elétricas	5,1	8,4	7,2%	Máquinas elétricas
Ferramentas	0,1	3,7	3,2%	Ferramentas
Carne	1,5	2,2	1,9%	Carne
Sementes/grãos	3,7	2,2	1,9%	Sementes/grãos
Instrumentos de precisão	1,9	1,6	1,4%	Instrumentos de precisão
Subtotal	66,9	110,7	95,4%	
Outros produtos	26,7	5,4	4,6%	
Total	93,5	116,1	100,0%	
Importações				Importações bras. originárias da Hungria em 2012 (jan-set)
Máquinas mecânicas	50,2	70,7	29,4%	0 10 20 30 40 50
Máquinas elétricas	48,4	45,6	18,9%	Máquinas elétricas
Automóveis	37,9	43,3	18,0%	Automóveis
Químicos orgânicos	17,1	33,2	13,8%	Químicos orgânicos
Instrumentos de precisão	12,3	17,0	7,1%	Instrumentos de precisão
Borracha	3,5	7,1	2,9%	Borracha
Farmacêuticos	18,5	6,8	2,8%	Farmacêuticos
Plásticos	2,6	5,1	2,1%	Plásticos
Subtotal	190,5	228,8	95,1%	
Outros produtos	20,1	11,9	4,9%	
Total	210,6	240,6	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Ancisweb

Aviso nº 88 - C. Civil.

Em 1º de fevereiro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor VALTER PECLY MOREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Hungria.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 06/02/2013.